

Veículo: Site Secom	
Data: 11/02/2020	Caderno: Fazenda

Fazenda

11/02/2020 11:20

Solução de inteligência pioneira na gestão de PPPs é tema de capacitação da Sefaz

A primeira solução de inteligência web na América Latina para gestão de projetos e contratos de parcerias público-privadas e concessões, desenvolvida pela Secretaria da Fazenda (Sefaz) por meio da Secretaria Executiva de PPP do Estado para otimizar e aperfeiçoar o desenvolvimento e o acompanhamento de projetos no setor, está sendo compartilhada em workshops para órgãos envolvidos em contratos de PPP na Bahia. Os encontros tiveram início no final da última semana, na Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS/Unidade Fazenda), e têm continuidade durante toda esta semana, até a próxima sexta-feira (14).

Os participantes são gestores de contratos nas secretarias de Saúde (Sesab), de Desenvolvimento Urbano (Sedur), de Infraestrutura (Seinfra), do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), da Empresa Baiana de Ativos (Bahiainveste) e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). De acordo com o secretário estadual da **Fazenda, Manoel Vitório**, a solução é destinada a aperfeiçoar, principalmente, o controle das contingências, e ampliar a transparência dos dados na área, reunindo informações contratuais, resultados, gestão dos riscos e contabilização pública dos valores pagos em cada parceria.

Vitório resalta que a Bahia é líder nacional em projetos de PPPs convertidos em contratos assinados e efetivamente implementados, com investimentos totais superiores a R\$ 10 bilhões. “Com as PPPs, o governo mantém a sua capacidade de investimento e assegura a implantação de obras vitais para a infraestrutura do Estado”, reforça.

Lastreada em uma plataforma digital em nuvem, a solução fortalece o ambiente institucional, identifica e controla prazos, acessos e autorizações de todos os envolvidos no caminho crítico dos projetos, desde o pleito da iniciativa até a gestão dos contratos. Completam a novidade o lançamento, no próximo mês, de um portal de transparência moderno, dinâmico e aberto à interação com a sociedade, além da criação de um observatório alcançando todas as etapas, decisões, valores e indicadores das PPPs baianas, com abrangência e detalhamento. Todo o sistema foi viabilizado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Profisco - Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil.

“O modelo tecnológico proposto é altamente flexível, personalizável e escalável para novos projetos e usuários de acordo com a demanda da administração pública, permitindo a gestão em tempo real da execução dos projetos”, explica Rogério Princhak, secretário executivo do Programa de Parcerias (PPP Bahia). Ele resalta, ainda, que o sistema idealizado pelos especialistas do governo baiano foi elogiado pelo BID e que deverá ser sugerido pelo banco como um projeto de referência a ser replicado por outras unidades federadas.

Priscila Romano, uma das idealizadoras da plataforma e especialista no tema do PPP Bahia, resalta que a ferramenta é suportada por uma solução de tecnologia global, contando com todos os requisitos de vanguarda em termos de disponibilidade, desempenho e segurança da informação. “A solução observa a matriz de análise da maturidade dos contratos, segue os padrões internacionais de PPP no mundo e busca atender ao máximo os objetivos estabelecidos pelas Nações Unidas aos Centros de Excelências em PPPs”.

De acordo com Sérgio Coelho, da coordenação de PPP da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), participante do workshop, os contratos de PPPs são extensos e demandam uma série de variáveis. “Essa solução é muito importante porque vai permitir termos melhor controle, acompanhamento e gestão desses contratos”, pondera.

Referência nacional

A Bahia é o Estado com maior número de projetos de PPP efetivamente implementados, ou seja, convertidos em contratos assinados. São oito PPPs contratadas – Arena Fonte Nova, Central de Diagnóstico por Imagem, Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia, Metrô de Salvador-Lauro de Freitas, Sistema Viário BA-052 (Estrada do Feijão), Emissário Submarino de Jaguaribe e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Subúrbio – e mais uma em processo de homologação da licitação, a da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

Para 2020, estão autorizados os estudos técnicos para realização de projetos de manifestação de interesse voltados para construção do novo aeroporto de Porto Seguro, a publicização do Palácio Rio Branco, no Centro

Histórico de Salvador, e a implementação de projeto de saneamento básico de Feira de Santana, para o qual ainda não está definido se o formato será de PPP ou concessão.

O projeto em execução de maior repercussão é o do Hospital do Subúrbio, a primeira PPP na área de saúde do país e única que inclui os serviços médicos assistenciais. Referência internacional de excelência de gestão, o Hospital do Subúrbio foi inaugurado em 2010 e já recebeu prêmios importantes pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, pelo Banco Mundial, em 2013, e pela World Finance and Infrastructure 100, em 2012. Outro destaque é o contrato da PPP do Metrô, terceiro maior do país, com 33 quilômetros de extensão. Trata-se do primeiro metrô do Brasil a ligar o aeroporto ao centro da cidade.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/02/2020	Caderno: Notícias



Terça, 11 de Fevereiro de 2020 - 13:20

Rui pede autorização para contrair crédito de R\$ 250 mi no Banco do Brasil



O governador Rui Costa (PT) enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um pedido de autorização para contrair uma operação de crédito interno de R\$ 250 milhões junto ao Banco do Brasil.

De acordo com mensagem enviada pelo governador, a verba será destinada à viabilização de investimentos nas áreas de infraestrutura viária e mobilidade urbana.

O crédito interno é uma modalidade de seguro que garante as verbas ao devedor e a devolução do dinheiro em parcelas, como em um empréstimo.

Por meio de nota, a **Secretaria Estadual da Fazenda** informa que o empréstimo, "de valor relativamente pequeno", "vai responder por parte dos investimentos previstos em 2020 para as áreas de infraestrutura viária e mobilidade urbana". "É importante ressaltar que o empréstimo não irá mudar o perfil da dívida pública do Estado da Bahia e a tendência de diminuição desta, que vem se mantendo nos últimos anos bem abaixo do teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)", garante a Sefaz.

De acordo com a pasta, a dívida consolidada líquida da Bahia equivale a 62% da receita corrente líquida, relação que chegou a 102% em 2006, com trajetória de queda nos anos subsequentes. *(Atualizada às 15h44)*

Tribuna

Raio Laser

Novo empréstimo

O governador Rui Costa (PT) solicitou à Assembleia Legislativa da Bahia autorização para contrair um novo empréstimo, mas desta vez ao Banco do Brasil. Encaminhado pelo Executivo nesta última segunda-feira (10), o projeto de Lei nº 23.747/2020 prevê a contratação de operação de crédito

interno no valor de R\$ 250 milhões junto ao banco para "investimentos previstos no Orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura viária e mobilidade urbana".



Rui Costa

Para o ano

O presidente do Consórcio do Nordeste, governador Rui Costa, e os demais governadores da região se reuniram, ontem, na sede do órgão, em Brasília, para esboçar como será a atuação da entidade durante os primeiros meses do ano. Na agenda de março, está prevista viagem de captação de recursos na Europa, em países ainda não visitados. No mês de abril, o consórcio organizará um evento de recepção do setor privado europeu no Nordeste, provavelmente no Ceará, desdobrando a primeira visita que os gestores estaduais fizeram ao continente europeu ainda em 2019.

Balanço

A Câmara de Salvador, por meio da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vai realizar na próxima segunda-feira (17), às 9h, no auditório do Centro de Cultura, mais uma audiência pública de prestação de contas com o secretário municipal da Fazenda de Salvador, Paulo Souto. O encontro será conduzido pelo vereador Joceval Rodrigues (Cidadania), presidente do colegiado de Finanças. Na audiência pública, o secretário Paulo Souto apresentará o Relatório de Gestão Fiscal do Terceiro Quadrimestre de 2019, fechando o ano em questão.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/02/2020	Caderno: Notícias



Terça, 11 de Fevereiro de 2020 - 15:20

'Não é o ICMS que define o preço da gasolina', diz Rui ao comentar fala de Bolsonaro



Presente no Fórum Nacional de Governadores, o governador Rui Costa se posicionou em relação ao desafio lançado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), aos 27 governadores, de zerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis. Para o governador, "é importante levar em consideração, antes de lançar desafios, a forma que se dá a formação de preços".

Segundo o chefe do Executivo baiano, as informações devem ser esclarecidas à população pelo governo federal e, assim, ficar claro todo o processo de definição de preço.

"Quem faz o preço alto de combustível no Brasil é a rede oligopolizada de fornecimento e a posição da Petrobras em diminuir refino no Brasil e adquirir todo o derivado de petróleo do exterior", disse Rui ao pontuar que a medida é uma estratégia da Petrobras e do Governo Federal. O governador destacou ainda que "não é o ICMS que define o preço da gasolina".

De acordo com o governador, o ICMS cobrado pelo Estado da Bahia é o mesmo há 8 anos, quando o preço da gasolina estava por volta de R\$2 reais.

Durante o encontro, Rui também sugeriu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que seja encontrado o caminho do diálogo e do entendimento nas relações entre estados e o governo federal, sem que a política defina o tom.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/02/2020	Caderno: Economia



“NÃO É O ICMS QUE DEFINE O PREÇO DA GASOLINA”: RUI A GUEDES



11 Fevereiro, 2020

Ao participar do Fórum Nacional de Governadores, nesta terça-feira (11), em Brasília, o governador Rui Costa, propôs ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que seja encontrado o caminho do diálogo e do entendimento nas relações entre estados e o governo federal, sem que a política defina o tom.

Sobre o desafio recém lançado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, aos 27 governadores, de zerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, o governador pontuou que é importante levar em consideração, antes de lançar desafios, a forma que se dá a formação de preços. Para Rui, as informações devem ser esclarecidas à população pelo governo federal e, assim, ficar claro todo o processo de definição de preço.

“Quem faz o preço alto de combustível no Brasil é a rede oligopolizada de fornecimento e a posição da Petrobras em diminuir refino no Brasil e adquirir todo o derivado de petróleo do exterior”, disse Rui ao pontuar que a medida é uma estratégia da Petrobras e do Governo Federal. O governador destacou ainda que “não é o ICMS que define o preço da gasolina”.

De acordo com o governador Rui Costa, o ICMS cobrado pelo Estado da Bahia é o mesmo há 8 anos, quando o preço da gasolina estava por volta de R\$2 reais.

Fotos: Carlos Prates/ GOVBA



Política

Rui rebate a Guedes "desafio" proposto por governo federal para zerar ICMS dos combustíveis



11 de Fevereiro de 2020 às 14:39 Por: *Carlos Prates/ GOV-BA* Por: *Redação BNews* 0 comentários

Durante participação no Fórum Nacional de Governadores, nesta terça-feira (11), em Brasília, o governador do estado, Rui Costa (PT), rebateu, em reunião que também estava presente o ministro da Economia, Paulo Guedes, o "desafio" proposto pelo governo federal para os estados zerarem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis.

"Quem faz o preço alto de combustível no Brasil é a rede oligopolizada de fornecimento e a posição da Petrobras em diminuir refino no Brasil e adquirir todo o derivado de petróleo do exterior". Rui ainda disse que "não é o ICMS que define o preço da gasolina".

O presidente da República, Jair Bolsonaro, disse que zeraria os tributos federais incidentes sobre os combustíveis, caso os governadores fizessem o mesmo em relação ao ICMS.

De acordo com o governador Rui Costa, o ICMS cobrado pelo estado da Bahia é o mesmo há 8 anos, quando o preço da gasolina estava por volta de R\$2 reais.

Veículo: Metro1	Caderno: Política
Data: 11/02/2020	



Política

'Não é o ICMS que define o preço da gasolina', diz Rui

Recentemente, o presidente Jair Bolsonaro lançou desafio, aos 27 governadores, de zerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis



Foto: Carlos Prates/ GOVBA

Por **Kamille Martinho** no dia 11 de Fevereiro de 2020 · 18:20

O governador Rui Costa, propôs hoje (11) ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que seja encontrado o caminho do diálogo e do entendimento nas relações entre estados e o governo federal, sem ser influenciado pela política.

Em relação ao desafio lançado pelo presidente Jair Bolsonaro aos 27 governadores, de zerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, o governador pontuou que é importante levar em consideração, antes de lançar desafios, a forma que se dá a formação de preços.

"Quem faz o preço alto de combustível no Brasil é a rede oligopolizada de fornecimento e a posição da Petrobras em diminuir refino no Brasil e adquirir todo o derivado de petróleo do exterior", disse Rui, durante Fórum Nacional de Governadores, ao pontuar que a medida é uma estratégia da Petrobras e do Governo Federal. O governador destacou ainda que "não é o ICMS que define o preço da gasolina".

De acordo com o governador Rui Costa, o ICMS cobrado pelo Estado da Bahia é o mesmo há 8 anos, quando o preço da gasolina estava por volta de R\$2 reais.

Veículo: Política Livre	
Data: 11/02/2020	Caderno: Brasil



11 de fevereiro de 2020 | 15:18

“Precisamos esclarecer à população como se dá a formação de preço nos combustíveis”, diz Rui ao ministro Paulo Guedes

Ao participar do Fórum Nacional de Governadores, nesta terça-feira (11), em Brasília, o governador Rui Costa, propôs ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que seja encontrado o caminho do diálogo e do entendimento nas relações entre estados e o governo federal, sem que a política defina o tom.

Sobre o desafio recém lançado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, aos 27 governadores, de zerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, o governador pontuou que é importante levar em consideração, antes de lançar desafios, a forma que se dá a formação de preços. Para Rui, as informações devem ser esclarecidas à população pelo governo federal e, assim, ficar claro todo o processo de definição de preço.

“Quem faz o preço alto de combustível no Brasil é a rede oligopolizada de fornecimento e a posição da Petrobras em diminuir refino no Brasil e adquirir todo o derivado de petróleo do exterior”, disse Rui ao pontuar que a medida é uma estratégia da Petrobras e do Governo Federal. O governador destacou ainda que “não é o ICMS que define o preço da gasolina”.

De acordo com o governador Rui Costa, o ICMS cobrado pelo Estado da Bahia é o mesmo há 8 anos, quando o preço da gasolina estava por volta de R\$2 reais.

Tribuna

50 Tribuna

ANOS

SALVADOR, QUARTA, 12 DE FEVEREIRO DE 2020 ANO L-N15781

CAPITAL R\$2,02



/tribunadabahia



@trbn_oficial



trbn.com.br

da Bahia

Governadores sinalizam trégua com Bolsonaro após intervenção de Guedes

Ministro admite que fim de imposto sobre combustíveis é medida a longo prazo

Governadores reunidos, ontem, em Brasília, sinalizaram uma trégua com o presidente Jair Bolsonaro após ele ter proposto, na semana passada, um desafio público para que os estados baixassem o ICMS dos combustíveis. A intervenção sensata do ministro Paulo Guedes foi determinante. **PÁGINA 5**

Por apenas 11 reuniões, novo ministro do Desenvolvimento recebeu R\$ 189 mil em jetons, fora o salário

PÁGINA 5

Atração de TV faz mãe rever e tocar filha morta há 4 anos na Coreia

Realidade virtual foi usada para promover o encontro que emocionou milhões de



!! Quem faz o preço alto de combustível no Brasil é a rede oligopolizada de fornecimento e a posição da Petrobras em diminuir o refino no Brasil e adquirir todo o derivado de petróleo do exterior. A medida é uma estratégia da Petrobras e do Governo Federal. Não é o ICMS que define o preço da gasolina. !!

Rui Costa

Governador da Bahia

“Não é o ICMS que define o preço da gasolina”, diz Rui em Brasília

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) propôs ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que seja encontrado o caminho do diálogo e do entendimento nas relações entre estados e o governo federal, sem que a política defina o tom. Ele participou ontem do Fórum Nacional de Governadores, em Brasília.

Sobre o desafio recém lançado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, aos 27 governadores, de zerar o imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, o governador pontuou que é importante levar em consideração, antes de lançar desafios, a forma que se

dá a formação de preços. Para Rui, as informações devem ser esclarecidas à população pelo governo federal e, assim, ficar claro todo o processo de definição de preço.

O governador destacou que “não é o ICMS que define o preço da gasolina”. De acordo com o governador Rui Costa, o ICMS cobrado pelo Estado da Bahia é o mesmo há 8 anos, quando o preço da gasolina estava por volta de R\$2 reais.

“Eu não colocaria adjetivos em relação ao presidente. A declaração dele é política e teve um objetivo claro de jogar a população contra os governadores, porque primeiro parte da pouca informação da população de como se dá os preços em geral no Brasil. O ICMS é o mesmo de 10 anos atrás. A gasolina custava dois reais

e o ICMS era o mesmo”, destacou, afirmando que hoje a cobrança do ICMS está abaixo do mercado.

“Quem faz o preço alto de combustível no Brasil é a rede oligopolizada de fornecimento e a posição da Petrobras em diminuir refino no Brasil e adquirir todo o derivado de petróleo do exterior”, disse Rui ao pontuar que a medida é uma estratégia da Petrobras e do Governo Federal. “Se fez uma opção política, ao meu entender”.

Rui ainda criticou a condução dos projetos econômicos do governo Bolsonaro. “O que nós queremos é conversar com seriedade sobre Pacto Federativo. Está avançando o ‘mais Brasil e menos Brasília’, mas não foi o que nós vimos na votação da reforma dos militares”.

O baiano defendeu o “caminho do diálogo” e regis-



O GOVERNADOR Rui Costa propôs ao ministro Paulo Guedes que seja encontrado o caminho do diálogo e do entendimento

trou: “Fica essa inquietação dos governadores, porque eles foram confrontados como se fossem os governadores que definissem o preço final da gasolina. Daqui a pouco, vai arrebentar a economia mais ainda, porque eventualmente teremos manifestações fechando estradas com caminhões e carros”.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na última quarta-feira que “zeraria” os tributos federais que incidem sobre os combustíveis caso os governadores tomassem a mesma medida com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) junto ao setor. O ICMS é responsável pela maior parte da arrecadação dos Estados.

Em São Paulo, por exemplo, o tributo representa 84% (R\$ 144 bilhões) de tudo o que o Estado recolhe por vias próprias. O ICMS sobre combustíveis representa, em média, 20% de toda a arrecadação do tributo.

Guedes, por sua vez, disse que as declarações do presidente seriam uma forma de chamar a atenção da opinião pública para a questão da tributação dos combustíveis. A ida dele à reunião foi intermediada pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). “Ninguém aqui tem a intenção de aprofundar uma crise”, disse Caiado.

Além de Rui, estiveram presentes os governadores do Acre, Gladson Cameli; de Alagoas, Renan Filho; do Amazonas, Wilson Lima; do Amapá, Waldez Góes; do Ceará, Camilo Santana; do Espírito Santo, Renato Casagrande; do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja; do Mato Grosso, Mauro Mendes; do Pará, Helder Barbalho; da Paraíba, João Azevêdo; de Pernambuco, Paulo Câmara; do Piauí, Wellington Dias; do Paraná, Ratinho Junior; do Rio de Janeiro, Wilson Witzel; do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra; do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; de Rondônia, Coronel Marcos Rocha; e de Roraima, Antonio Denarium.

Governadores sinalizam trégua com Jair Bolsonaro

Foto: Carlos Prates/Secom



SEGUNDO os governadores presentes no Fórum, houve consenso de que não há como os estados abrirem mão das receitas do ICMS de forma imediata

CARLAARAÚJO
UOL

Governadores reunidos ontem em Brasília sinalizaram uma trégua com o presidente Jair Bolsonaro após ele ter proposto, na semana passada, um desafio público para que os estados baixassem o ICMS dos combustíveis. O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que tem acumulado divergências com o presidente, mostrou disposição em apaziguar a situação e elogiou o fato de o ministro Paulo Guedes (Economia) ter ido pessoalmente conversar com os governadores. "Não é momento para sobressaltos. Está claro [o

distencionamento]. Estamos consertando aqui", disse Wilson Witzel, governador do RJ.

Segundo os governadores presentes no Fórum, houve consenso de que não há como os estados abrirem mão das receitas do ICMS de forma imediata. Uma fala curta do presidente deflagrou em uma parcela da população uma compreensão equivocada que há a possibilidade de zerar o ICMS, mas só no Rio Grande do Sul temos R\$ 6 bilhões em arrecadação com o tributo. Não tem como se falar em zerar o ICMS do combustível Eduardo Leite, governador do RS.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagran-

de, afirmou que Guedes tentou minimizar o desgaste após a declaração do presidente e afirmou que só será possível mexer nos tributos após a aprovação da reforma tributária.

Segundo o governador, a interpretação de Guedes "é a de que o desafio é na reforma tributária, onde pode haver a substituição da carga que incide sobre alguns produtos". "O desafio de Bolsonaro pareceu algo imediato, mas para Guedes é de médio ou longo prazo", declarou.

Projetos do Congresso Questionado sobre o fato de o governo ter desistido de enviar a reforma tributária, já que deve aproveitar os textos que estão no Con-

gresso, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, afirmou que o importante é que se discuta o tema e se resolva de forma ampla e não fracionada.

Witzel afirmou ainda que Guedes trouxe uma proposta de trabalho conjunto e que as mudanças nos tributos virão ao longo do ano com a reforma tributária e as PECs (Propostas de Emenda à Constituição) que estão em tramitação no Congresso. "Ele explicou que o presidente tem compromissos de campanha, e nós também temos", declarou. "Não temos como fazer mudanças bruscas, e também não há duvidas, não há desafios", afirmou Witzel.

Guedes admite fim de imposto sobre combustíveis a longo prazo

MARINA BARBOSA
CORREIO BRAZILIENSE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou a governadores reunidos em Brasília que não vê uma solução imediata para a alta carga tributária que incide sobre a gasolina e o diesel no Brasil, segundo disse à imprensa o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

De acordo com o gestor capixaba, na avaliação de Guedes, zerar os impostos que incidem sobre os combustíveis é uma medida que só pode ser tomada a médio e longo prazo.

"Guedes interpreta essa questão como uma sugestão de médio e longo prazo,

porque sabe que só pode reduzir a carga tributária a partir da aprovação do pacto federalivo e da reforma tributária. Não é um assunto que pode ser resolvido imediatamente", contou Casagrande, depois de o ministro chegar ao encontro.

"O ministro está ciente da absoluta restrição que os estados têm de zerar o ICMS imediatamente. O ministro fez uma colocação que a fala do presidente deve ser entendida como um apelo e um chamamento para que o tema da tributação seja enfrentado pelo país", acrescentou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, acrescentando que o tema pode ser tratado na reforma tributária.

A tese dos governadores

é que, ao unir todos os tributos que incidem sobre o consumo em um único imposto, a reforma tende a baixar as alíquotas cobradas em produtos como a gasolina. O encontro é fechado à imprensa e um posicionamento oficial é esperado ao final do evento.

Guedes vinha evitando comentários sobre o desafio lançado aos estados brasileiros na semana passada por Jair Bolsonaro. Na ocasião, o presidente disse que zeraria os impostos se os estados aceitassem eliminar a cobrança do ICMS.

Ontem, Guedes aceitou o convite e foi debater o tema no Fórum de Governadores, que conta com a presença de 19 governadores e três vice-governadores.

Antes da chegada do ministro, o governador do DF, Ibaneis Rocha, disse que os gestores haviam chamado para o debate alguém que "realmente entende de economia", em clara alfinetada em Bolsonaro.

Ainda segundo Casagrande, Guedes tem o mesmo entendimento dos estados de que é impossível abrir mão da receita arrecadada com os impostos dos combustíveis de forma não planejada, sobretudo neste momento de crise em que tanto a União quanto os estados ainda convivem com as contas no vermelho. Afinal, o impacto pode chegar a R\$ 1,6 bilhão, sendo R\$ 1,2 bilhão só da União, de acordo com os cálculos do governador do Espírito Santo.



SEGUNDO o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, o ministro disse que proposta de zerar impostos não pode ser tomada imediatamente

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 12/02/2020	Programa: --
Assunto: <u>Governador Rui Costa fala dos combustíveis.</u>	

Data: 12/02/2020

Hora: 10:14:17

Duração: 00:06:30

Emissora: BAND NEWS

Programa: BAND NEWS 10/11

Apresentador(a): ARLA COQUEIRO

Citação Direta: Não

Impacto: NEUTRO

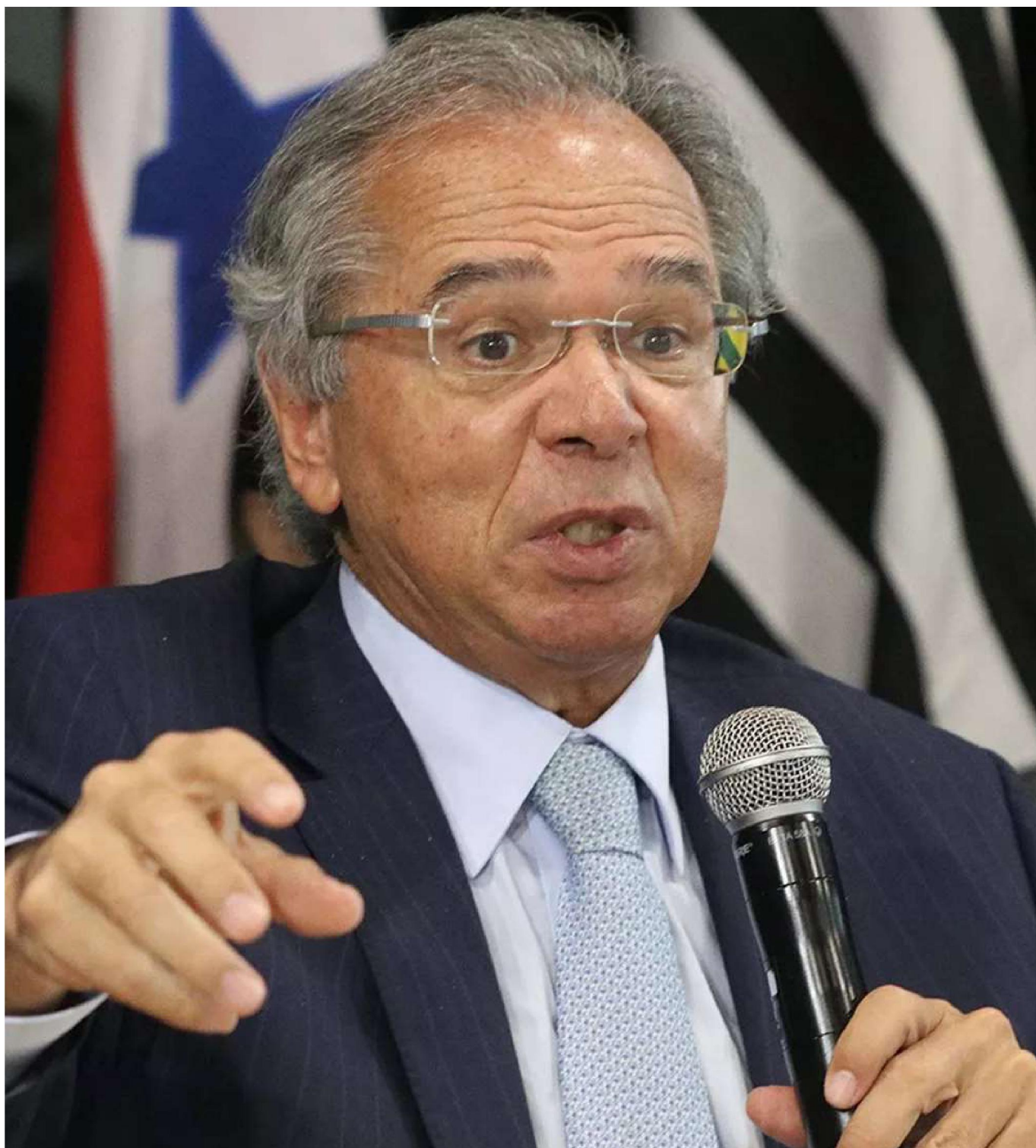
Sinopse: O governador da Bahia Rui Costa volta a citar que a intenção do Presidente Jair Bolsonaro é jogar a população contra os Governadores. Ele disse que o alto **preço dos combustíveis não é por causa do ICMS, e sim pela formação de cartéis**. O Governador participou ontem do Fórum Nacional dos Governadores ontem em Brasília.

Ao falar do ICMS, Bolsonaro fez ‘provocação política’, diz Guedes

Em reunião com governadores, ministro tenta acalmar a crise causada por declarações do presidente sobre redução do ICMS dos combustíveis

Por **Raphael Di Cunto e Mariana Ribeiro** — De Brasília

12/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Guedes: redução de imposto proposta por Bolsonaro não seria imediata — Foto: Frederico Brasil/Futura Press/Folhapress

O ministro da Economia, Paulo Guedes, buscou por acalmar a crise entre os governos estaduais e o presidente Jair Bolsonaro por causa do preço dos combustíveis e afirmou ontem, em reunião com os governadores, que o presidente fez uma “provocação política” sobre a desoneração dos tributos sobre a gasolina e o óleo diesel, mas que sabe que não é possível reduzir rapidamente os impostos por causa da crise fiscal e que o tema deve ser tratado na reforma tributária. “Evidentemente não [seria] hoje [a redução], não instantaneamente, porque estamos todos apertados”, disse, em encontro fechado à imprensa, mas que foi presenciado pelo **Valor**.

Guedes admitiu que não foi consultado previamente sobre a “provocação” de Bolsonaro aos governadores, dizendo que ele zeraria os impostos federais sobre os combustíveis - uma arrecadação de R\$ 28 bilhões ao ano - se os governadores fizessem o mesmo com o ICMS - que chega a representar até 30% da arrecadação do tributo de alguns Estados. Dos 27 governadores, 23 assinaram nota criticando a declaração do presidente.

O tema gerou divergência entre os próprios governadores na reunião. Mauro Mendes (DEM), de Mato Grosso, disse que os quatro que não assinaram a nota estão sendo usados como exemplos nas redes sociais de que a redução é possível e que era preciso ficar claro que isso não é verdade. Marcos Rocha (PSL), de Rondônia, justificou que já pensava sobre a redução do imposto antes de Bolsonaro propor e, por isso, não quis endossar o texto.

A maioria dos governadores concordou, contudo, que esse aceno à redução dos combustíveis provoca um risco de “colapso social” e reclamou ao ministro da tentativa de jogar a crise no colo deles. Segundo Mendes, Bolsonaro fez com que a população achasse que seria um processo rápido e, com a pressão popular, seria possível abaixar o valor da gasolina, sem considerar que a Lei de Responsabilidade Fiscal vedaria isso. Caminhoneiros já estariam se preparando, em plena colheita da safra, para fazer protestos e paralisar rodovias.

A participação de Guedes não estava prevista, mas o ministro, acionado pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), resolveu participar de última hora. Ele contou que não foi avisado antes sobre o comentário do presidente no Twitter, mas que “interpretou” como uma preocupação política sobre a alta carga tributária. “As coisas que ele [Bolsonaro] não concorda ele manifesta com certa autenticidade”, disse o ministro. “Minha interpretação, como ele [Bolsonaro] não tinha nem vindo conversar comigo sobre o assunto, foi de que ‘olha, esse combustível é muito caro’. É uma provocação de um tema importante.”

Ele relatou que Bolsonaro se mostrou preocupado no começo do governo com a alta na gasolina e do diesel e queria mexer no preço, mas foi convencido de que se devia a um movimento por causa da valorização do dólar e que uma interferência derrubaria as ações da Petrobras. Guedes disse que “tenta entender” a nova manifestação como “um diagnóstico” sobre esse problema.

Os governadores e o ministro acertaram que o tema deve ser tratado mais para a frente na reforma tributária e no pacto federativo. Guedes evitou assinar uma nota conjunta sobre isso e disse que conversaria com Bolsonaro - que, até a conclusão desta edição, não tinha sinalizado nenhum recuo sobre o projeto de lei que prometeu para mexer no ICMS dos combustíveis.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), elogiou o ministro, mas cutucou. “Não podemos deixar de registrar a maneira indevida e irresponsável do debate posto pelo presidente da República”, disse ele. “Eu não posso dizer, ‘ah, o presidente é irresponsável”, interrompeu Guedes. “O senhor não pode, mas nós governadores podemos porque estamos apanhando há 15 dias”, rebateu. Caiado então defendeu “pôr fim à discussão infrutífera”. “Para mim, esta reunião de hoje [ontem] encerra definitivamente o assunto. Vamos tratar do Plano de Recuperação Fiscal, do Plano Mansueto e da securitização das dívidas.” Com o horário apertado, porém, isso ficou para uma próxima reunião.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Sapato antistress de couro legítimo ideal para quem preza conforto e praticidade no dia a dia

COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.

LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

Máquina de pão de queijo, oportunidade de aumentar seus lucros e sair na frente de seus concorrentes.

PROJET EQUIPAMENTOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Parlamentares aconselham Guedes a não propor imposto sobre movimentações financeiras

VALOR INVESTE

Guedes diz que fala sobre 'parasitas' foi 'retirada do contexto' e que valoriza os servidores

Guedes acalma governadores sobre ICMS dos combustíveis

Em reunião com governadores, ministro tenta acalmar a crise causada por declarações do presidente sobre redução do ICMS dos combustíveis

Por Raphael Di Cunto e Mariana Ribeiro — De Brasília

12/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse aos governadores, reunidos em Brasília, que não foi consultado pelo presidente Jair Bolsonaro quando ele os desafiou a zerar o ICMS sobre os combustíveis e assegurou que eliminaria também os impostos federais sobre esses produtos. Guedes afirmou que a fala do presidente foi uma “provocação política” e que a interpretou como uma preocupação com o preço alto dos combustíveis, um assunto que não seria tratado agora. “As coisas com que [Bolsonaro] não concorda, ele manifesta com certa autenticidade”, justificou Guedes.

Ao falar do ICMS, Bolsonaro fez 'provocação política', diz Guedes

O desafio do presidente, feito na semana passada, foi interpretado pelos governadores como uma atitude irresponsável e desrespeitosa. Os impostos federais sobre os combustíveis representam uma arrecadação de R\$ 28 bilhões ao ano para a União e o ICMS equivale a 30% da receita dos Estados. E todos estão em situação financeira complicada, sem condições de abrir mão dessa receita.

Um dos temores dos governos estaduais é que a “provocação” do presidente traga o risco de um “colapso social”, com manifestações de protesto como em 2013. Os caminhoneiros já estariam preparando um movimento para paralisar as principais rodovias.

A reunião do 8º Fórum dos Governadores começou tensa. A inesperada participação do ministro da Economia, porém, foi elogiada por eles.

Os ânimos se acalmaram depois que o ministro concordou que a tributação sobre os combustíveis só deve ser tratada no âmbito da reforma tributária. Estavam presentes governadores, vice-governadores e secretários dos 26 Estados e do Distrito Federal. Guedes, no entanto, não quis assinar nota conjunta selando esse acordo e disse que conversaria com Bolsonaro. Porém, até o fechamento desta edição, às 21h, o presidente não havia sinalizado recuo em sua intenção de enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o assunto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

A TARDE

O jornal de toda Bahia

FÓRUM Representantes de 22 estados e do Distrito Federal divulgaram carta aberta ao governo

Governadores reivindicam aprovação imediata do Fundeb

REDAÇÃO E AGÊNCIAS

Os chefes dos Executivos estaduais e do Distrito Federal, reunidos no Fórum dos Governadores em Brasília, ontem, reivindicaram em carta aberta a aprovação imediata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O prazo de validade do Fundeb termina no fim do ano.

Criado em 2006, para vigorar até 2020, o Fundeb é, hoje, a principal fonte de financiamento da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo o ensino básico do país. Os recursos provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios.

O argumento dos governadores é que o "Parlamento protagonizou um amplo e qualificado debate sobre a necessidade de torná-lo um fundo permanente, bem como sobre a importância de aprimoramento do Fundeb, com a ampliação da participação da União no financiamento da educação básica e a revisão da metodologia de distribuição dos recursos da União aos Estados e Municípios".

Em 2019, só a União destinou R\$ 14,3 bilhões aos estados. Dados da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para discutir a PEC 15/2015, apontam que, caso a proposta de ampliar a participação da União dos atuais 10% para 40% em 2031 seja aprovada, o impacto orçamentário da mudança se-



Fundeb e ICMS dominaram a pauta do encontro

rá de R\$ 279,8 bilhões.

Urgência

Na primeira reunião do Fórum de Governadores em 2020, a renovação do Fundeb e a forma com que o presidente Jair Bolsonaro tem se referido às alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre combustíveis foram os assuntos

OUTROS TEMAS

A pauta do 1º fórum de governadores em 2020 abrangeu também assuntos como plano de ajuste fiscal, securitização das dívidas dos estados e Fundo de Segurança Pública.

de destaque.

O encontro teve a participação de 22 governadores e do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, coordenador do fórum, disse que, atualmente quem paga a maior parte do Fundeb em vários estados são os próprios estados. "Contamos com a responsabilidade do Congresso Nacional para que o Fundeb seja melhorado e prorrogado, porque precisamos investir cada vez mais na educação para melhorar o nível da qualificação de nossas crianças e adolescentes", afirmou Ibaneis.

"Isso é urgente e tem de ser feito da forma mais rápida, porque envolve questões orçamentárias para o ano que vem, e não podem ser colocadas de última ho-

ra", acrescentou Ibaneis.

Segundo a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, a expectativa é que o Congresso Nacional vá além da renovação do fundo. "Os parlamentares têm a compreensão, do ponto de vista suprapartidário, da importância que o Fundeb tem. A ideia é avançar no sentido de torná-lo permanente, enquanto política, e também de ampliar a participação da União", disse Fátima.

Ainda de acordo com a governadora, a proposta inicial aumentaria essa participação de 10% para 40% de forma gradativa, em um prazo de 11 anos. "Mas estamos abertos para a discussão, e hoje já se fala em algo entre 25% e 30%", acrescentou.

ICMS

Na avaliação dos governado-

res que falaram à imprensa após o encontro, há um consenso no sentido de que é inviável a proposta feita pelo presidente Jair Bolsonaro, de zerar a alíquota do ICMS incidente sobre a venda de combustíveis. Além disso, afirmam os governadores, da forma como o desafio foi apresentado, acabou prejudicando politicamente os chefes do Executivo nos estados.

"Houve muita provocação nas redes sociais, e o debate ficou muito superficial, não orientando [adequadamente] a população brasileira. Temos de colocá-lo na posição em que merece. É importante ter responsabilidade para tratar dele porque um debate superficial não leva a nenhuma proposta", ressaltou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Camilla Pires / GOVIA

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/02/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 12 de Fevereiro de 2020 - 07:00

Em meio a guerra do ICMS, estados cobram pelo menos R\$ 13,8 bi da Petrobras

por Bruno Boghossian e Bernardo Caram | Folhapress



Enquanto Jair Bolsonaro (sem partido) trava uma batalha com governadores pela redução de tributos estaduais sobre combustíveis, seis unidades da federação cobram da Petrobras pelo menos R\$ 13,8 bilhões. A estatal diz discordar das cobranças.

Governadores criticam a pressão feita pelo presidente e afirmam que não há condições de abrir mão de arrecadação do **ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)** sobre combustíveis. Esse tributo representa quase 20% dos ganhos dos estados.

Em meio à disputa política, governos locais cobram da Petrobras – que é controlada pela União – débitos com impostos (principalmente o ICMS), além de multas, juros e outros encargos. A petroleira questiona esses débitos.

A estatal figura nas primeiras posições dos cadastros da dívida ativa de diversos estados, como Rio, São Paulo, Pará e Bahia. A inclusão de empresas nessas listas ocorre quando os processos administrativos de cobrança são encerrados e as autoridades locais passam a exigir o pagamento do débito.

A Petrobras lidera o ranking da dívida ativa do Rio, com R\$ 9,4 bilhões inscritos em 168 diferentes processos de cobrança.

A petroleira figura ainda em segundo lugar na lista do governo de São Paulo, com débitos de R\$ 3,6 bilhões.

De acordo com o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, todos os débitos são referentes a cobranças de ICMS. O valor em disputa é muito superior à arrecadação anual do imposto sobre combustíveis no Rio de Janeiro, que encerrou 2019 em

aproximadamente R\$ 5,5 bilhões. Segundo ele, muitos desses processos se alongam por anos – o mais antigo tem mais de duas décadas.

“Reconhecemos que a legislação é complexa. Nós cobramos aquilo que entendemos ser correto, mas é o Judiciário que dirá quem tem razão”, disse.

O Pará também cobra da estatal R\$ 678 milhões relacionados ao recolhimento de ICMS. Na Bahia, a empresa figura no topo da lista da dívida ativa, com R\$ 122 milhões. Também há registro de débitos em Pernambuco (R\$ 9,7 milhões) e em Santa Catarina (R\$ 460 mil).

A Petrobras afirmou em nota que os valores cobrados pelos estados não representam uma ausência de pagamento de tributos, mas uma “divergência de interpretação da norma tributária”.

A estatal informou “discordar das cobranças promovidas pelos estados” e que defende entendimento diferente daquele adotado pelas autoridades fiscais. “Reconhece, portanto, existir um contencioso tributário [débitos contestados], mas não uma dívida líquida e certa junto aos Estados”, declarou a petroleira.

Grandes empresas costumam se envolver em disputas com autoridades federais e estaduais por divergências na cobrança de impostos e outros tributos. A falta de pagamento ou contestações na arrecadação geram processos administrativos que podem levar à inscrição da pessoa jurídica no cadastro da dívida ativa.

Nesses processos, os contribuintes têm direito a defesa e a apresentação de recursos para questionar a autuação feita pelos fiscais. Após a conclusão do processo administrativo e a inclusão da cobrança na dívida ativa, a empresa pode recorrer à Justiça ou negociar o pagamento do débito.

A Petrobras questiona parte dessas cobranças em processos judiciais. Além disso, em dezembro do ano passado, a empresa anunciou a adesão a um programa de renegociação de dívidas de ICMS no valor de R\$ 3,6 bilhões. Esse plano não incluiu os débitos com Rio e São Paulo, por exemplo.

“A Petrobras está sempre atenta a oportunidades de conciliação ou anistias fiscais com condições que façam sentido para ambas as partes acordantes”, disse a empresa.

O cálculo feito pela reportagem inclui seis estados que divulgam a relação de devedores. Os demais não publicam esses valores. A Petrobras não informou o total de cobranças.

A tributação sobre combustíveis provocou uma disputa política entre Jair Bolsonaro e governadores. O presidente acusa os estados de engordarem suas arrecadações ao deixar de repassar ao ICMS as variações dos preços da gasolina observados nas refinarias da Petrobras.

“O que eu quero é que o ICMS seja cobrado no combustível lá na refinaria, e não na bomba. Eu baixei três vezes o combustível nos últimos dias, mas na bomba não baixou nada”, disse o presidente na última quarta-feira (5).

Bolsonaro desafiou os governadores a eliminar a cobrança do imposto sobre os combustíveis, que representa uma entrada de quase R\$ 90 bilhões por ano nos cofres dos estados. Em aperto financeiro, muitos gestores regionais reagiram e afirmaram que a proposta é um blefe populista.

A pressão feita pelo presidente reabriu discussões sobre o modelo de cobrança do ICMS sobre os combustíveis – mercado dominado pela Petrobras.

O presidente afirmou que vai encaminhar ao Congresso um projeto de lei para que o imposto tenha um valor fixo por litro. Atualmente, na maior parte dos estados, o cálculo do tributo é baseado em um preço médio ponderado ao consumidor final.

A Petrobras não quis comentar o debate sobre o modelo de tributação e o embate político entre o presidente e os governadores. "Em relação ao tributo estadual (ICMS), a Petrobras cumpre e cumprirá com as normas legais acerca do tema", disse a companhia.

Parte dos governadores diz estar disposta a discutir o tema, mas espera compensações para evitar o comprometimento dos caixas estaduais.

"Todo mundo é favorável à redução do preço do combustível. Mas precisamos encontrar um equilíbrio que possa conciliar o que representa a arrecadação de ICMS para os estados e a composição do preço final do combustível", afirmou à reportagem Helder Barbalho (MDB), governador do Pará.

Nesta terça-feira (11), o ministro Paulo Guedes (Economia) participou de reunião com governadores em Brasília. O pedido do encontro foi feito pelos representantes dos estados em uma tentativa de distensionar o debate.

De acordo com relato do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), Guedes afirmou na reunião que avalia não ser possível zerar os tributos sobre combustíveis neste momento e que um debate sobre redução dos impostos deve ser feito a médio e longo prazo.

"Tem que haver primeiro um fortalecimento dos estados e municípios, algo que só pode ser resolvido com a aprovação do novo pacto federativo e da reforma tributária", disse.



Mudança no ICMS não garante queda em combustíveis, diz INEEP

Fernanda Guimarães

12 de fevereiro de 2020 | 04h38

A proposta de mudança no ICMS, ventilada pelo presidente Jair Bolsonaro, como forma de reduzir os preços dos combustíveis pode não surtir o efeito desejado, segundo levantamento do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP). A entidade afirma que no caso do óleo diesel, o custo do produtor – ou seja, refino e importação – responde por pouco mais de 50% do preço final do combustível, enquanto a contribuição dos impostos estaduais, o ICMS, gira em torno de 13%. Para a gasolina, o custo do produtor é em torno de 35%. Já o ICMS cobrado sobre o preço da gasolina varia entre 25% e 34% do valor.

Peso. A entidade diz que a redução da utilização das refinarias e o aumento das importações de combustíveis são os fatores que têm levado os preços do produto para cima. Bolsonaro defendeu que o ICMS de combustíveis, recolhido pelos Estados, tenha um valor fixo por litro.

Risco. O instituto diz que os preços podem aumentar ainda mais com a venda de refinarias pela Petrobras, pois a estratégia abre espaço para ampliar as importações de combustíveis.

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Poder
Data: 12/02/2020	Página: A4

FOLHA DE S.PAULO

Painel

painel@grupofolha.com.br



'A toda hora tem uma bomba no governo', disse Guedes a governadores

Ministro ainda se explicou sobre parasitas e citou mãe, primos e sobrinhos

12.fev.2020 às 2h00

Na reunião com [governadores](#), nesta terça (11), Paulo Guedes (Economia) fez um desabafo: "a toda hora tem uma bomba" no governo. A seu ver, são negociações políticas que não condizem com a situação financeira da União e a interpretação equivocada, também em sua opinião, de suas falas. Ele tentou justificar as declarações de Jair Bolsonaro, que colocou a [culpa](#) pelos altos preços dos combustíveis nos tributos estaduais. Segundo o ministro, o presidente reage porque se sente atacado.

Pra todos Embora tenha tentado pôr um ponto final na crise, Guedes deixou a reunião com o mal-estar instalado. Muitos governadores dizem esperar uma retratação pública de Bolsonaro. O ministro prometeu levar a mensagem.

Água fria Governadores temem que as declarações do presidente deflagrem manifestações de insatisfeitos. Guedes disse que Onyx Lorenzoni (Casa Civil) mencionou caminhoneiros, ao pedi-lo para intervir.

Explica Guedes também aproveitou para se [explicar](#) sobre o caso dos [parasitas](#). "Imagina o problema que isso me criou? Minha mãe é funcionária pública, tenho primos, sobrinhos funcionários públicos. E de repente Paulo Guedes chamou... Eu não chamei!"

Aqui não A informação de que o governo estuda incorporar a proposta de reforma administrativa em texto que já tramita na Câmara não foi bem recebida pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ). Ele é autor de proposta de emenda constitucional que trata de regras orçamentárias e servidores, e poderia ser alvo da carona.

Aqui não 2 "Se isso acontecer eu mesmo recolherei as assinaturas necessárias para retirar a PEC. O governo precisa enfrentar os seus próprios problemas", disse ao Painel.

FOLHA DE S.PAULO

Guedes propõe discutir combustíveis na reforma tributária

Bernardo Caram

BRASÍLIA Pressionado por governadores, o ministro Paulo Guedes (Economia) propôs que o debate sobre possível redução nos tributos que incidem sobre combustíveis seja levado para o Congresso na discussão da reforma tributária e do pacto federativo.

Em uma tentativa de apaziguar a relação entre o governo federal e os estados, estremeçada após declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre o preço dos combustíveis, Guedes aceitou participar de reunião em Brasília nesta terça-feira (11) com a presença de governadores ou representantes de todos os estados.

No início do mês, Bolsonaro desafiou os governadores e disse que zeraria os tributos federais se os estados eliminassem o ICMS cobrado desses produtos. "Eu zero o [imposto] federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se toparem, eu aceito. Tá ok?", disse Bolsonaro na saída ocasião.

Em apertado financeiro, gestores regionais reagiram e afirmaram que a proposta é um blefe populista.

Segundo participantes da reunião desta terça com o ministro, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), chegou a se exaltar

no início do encontro, mas depois se desculpou. Ele afirmou que seria criminoso sugerir que os estados abram mão da arrecadação do ICMS.

Ibaneis afirmou que todos os governadores concordam com a ideia de levar a discussão para avaliação do Congresso. A ideia é que a reestruturação dos tributos permita uma redução das cobranças sobre combustíveis ao mesmo tempo que o novo pacto federativo viabilizaria um aumento nos repasses de recursos federais para os estados e municípios.

Segundo relato do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), Guedes afirmou na reunião que avalia não ser possível zerar os tributos neste momento e que um debate sobre eventual redução dos impostos deve ser feito a médio e longo prazo.

"Tem que haver primeiro um fortalecimento dos estados e municípios, algo que só pode ser resolvido com a aprovação do novo pacto federativo e da reforma tributária."

Governadores afirmam que a presença de Guedes no encontro foi um passo importante, mas cobram que o governo federal, especialmente Bolsonaro, faça uma retratação. Eles argumentam que viraram alvo da população depois que o presidente sugeriu que seria possível zerar os tributos.

Nas últimas semanas, Bol-

Estados cobram R\$ 13,8 bilhões da Petrobras

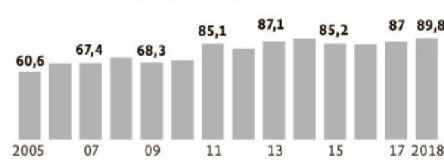
Governos listam tributos não pagos, multas, juros e outras cobranças

Total que os estados cobram da Petrobras, em R\$ milhões

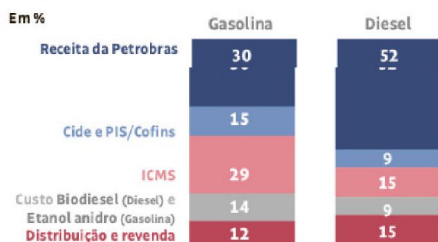


Arrecadação estadual com ICMS sobre combustíveis

Em R\$ bilhões corrigido pela inflação



Composição do preço dos combustíveis



Fonte: Secretarias de Fazenda dos estados, IBP, Confaz e Petrobras

sonaro insistiu nas críticas e reclamou que as quedas de preços dos combustíveis nas refinarias acabam não chegando aos postos.

Estados cobram da Petrobras R\$ 13,8 bi em impostos e multa

BRASÍLIA Enquanto Jair Bolsonaro (sem partido) trava uma batalha com governadores pela redução de tributos estaduais sobre combustíveis, seis unidades da Federação cobram da Petrobras pelo menos R\$ 13,8 bilhões. A estatal diz discordar das cobranças.

Governos locais cobram da Petrobras — que é controlada pela União — débitos com impostos (principalmente o ICMS), além de multas, juros e outros encargos. A petroleira questiona esses débitos.

A estatal figura nas primeiras posições dos cadastros da dívida ativa de diversos estados, como Rio, São Paulo, Pará e Bahia. A inclusão de empresas nessas listas ocorre quando os processos administrativos de cobrança são encerrados e as autoridades passam a exigir o pagamento do débito.

A Petrobras lidera o ranking da dívida ativa do Rio, com R\$ 9,4 bilhões inscritos em 168 diferentes processos de

cobrança. A petroleira figura ainda em segundo lugar na lista do governo de São Paulo, com débitos de R\$ 3,6 bilhões.

A Petrobras disse que os valores cobrados pelos estados não representam uma ausência de pagamento de tributos, mas uma "divergência de interpretação da norma tributária".

A estatal informou "discordar das cobranças promovidas pelos estados" e que defende entendimento diferente daquele adotado pelas autoridades fiscais. "Reconhece, portanto, existir um contencioso tributário [débitos contestados], mas não uma dívida líquida e certa junto aos Estados", declarou a petroleira.

Grandes empresas costumam se envolver em disputas com autoridades federais e estaduais por divergências na cobrança de impostos. A falta de pagamento ou contestações na arrecadação geram processos administrativos que podem levar à inscrição da pessoa jurídica no cadastro da dívida ativa.

Nesses processos, os contribuintes têm direito a defesa e a apresentação de recursos para questionar a autuação. Após a conclusão do processo administrativo e a inclusão da cobrança na dívida ativa, a empresa pode recorrer à Justiça ou negociar o pagamento do débito. Bruno Boghossian e Bernardo Caram

Veículo: G1	
Data: 11/02/2020	Caderno: Economia



Governadores defendem debater desoneração dos combustíveis dentro da reforma tributária

Tema foi discutido em encontro entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e governadores. Segundo eles, corte imediato de tributos, defendido por Bolsonaro, não é possível.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

11/02/2020 14h06 Atualizado há 20 horas

Os governadores do Espírito Santo, Renato Casagrande, do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e do Mato Grosso, Mauro Mendes, afirmaram nesta terça-feira (11) que não é possível reduzir tributos sobre combustíveis de forma imediata, mas defenderam que esse tema pode ser debatido dentro da reforma tributária e do projeto de pacto federativo.

As declarações dos governadores foram dadas após reunião do fórum de governadores, em Brasília, que contou com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes - que não falou com a imprensa.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro **desafiou os governadores a cortar o ICMS (imposto estadual) que incide sobre os combustíveis**. Disse que, se os governadores fizessem a redução, ele determinaria que os tributos federais sobre combustíveis fossem zerados.

"Eu zero federal, se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito", afirmou Bolsonaro a jornalistas na ocasião.

Nos últimos meses, Bolsonaro vem **defendendo uma alteração na cobrança do ICMS** sobre combustíveis. De acordo com o presidente, o imposto é o responsável pelos altos preços cobrados dos consumidores nos postos. Os tributos federais que incidem sobre combustíveis são a CIDE e o PIS/Cofins. De acordo com a Receita Federal, a carga tributária total sobre combustíveis em 2017 (mais recente disponível) somou R\$ 103,889 bilhões.

Desse valor, R\$ 25,833 bilhões referem-se à receita do governo federal. A arrecadação dos governos estaduais somou, em 2017, um total de R\$

78,056 bilhões, o equivalente 14,27% da receita total dos estados naquele ano.

O que disseram os governadores

O governador Eduardo Leite afirmou, após o encontro, que há uma "compreensão equivocada de que há possibilidade de zerar-se impostos sobre combustíveis". De acordo com ele, o Rio Grande do Sul arrecada, por ano, R\$ 6 bilhões com a tributação sobre combustíveis.

"Não há qualquer possibilidade de o estado abrir mão de R\$ 6 bilhões, sendo que 25% desse valor vai para os municípios", disse ele.

Ele defendeu, porém, aproveitar a oportunidade gerada pelo debate para "lançarmos mais luz sobre a reforma tributária".

"Pode conduzir para que a distribuição do impostos melhor se equilibrem, que não tenhamos sobrecarga em itens como combustíveis, e de outro lado setores com subtributação. Melhor equalizar isso. É um tema que precisa ir na reforma tributária. Esse é um consenso da reunião que tivemos aqui", declarou ele.

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, disse que houve um "consenso" entre os governadores de que não há como fazer a redução do ICMS sobre combustíveis de forma imediata.

"O que precisamos fazer, como Bolsonaro deseja, e todos nós, é a redução dos impostos, especialmente nos combustíveis. Não podemos esquecer comunicações, energia elétrica. É preciso avançar [nas desonerações] com o pacto federativo e a reforma tributária", declarou.

Mauro Mendes, governador do Mato Grosso, afirmou que ficou "muito claro" na reunião de governadores que nenhum estado brasileiro, e nem o Distrito Federal, podem zerar o ICMS sobre combustíveis de forma imediata.

"A maior parte dos estados está em grande dificuldade, e abrir mão de receitas seria uma grande irresponsabilidade, afetando serviços públicos na educação, saúde e segurança pública. Todos nós concordamos que esse tema terá de ser debatido na reforma tributária. Todos nós governadores gostaríamos que tivesse uma tributação mais simples, mais justa e menos onerosa", declarou Mendes.

Renato Casagrande, governador do Espírito Santo, disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, também defendeu esse debate no âmbito das reformas estruturais.

"O ICMS [sobre combustíveis] é um tema que gerou muito debate nos últimos dias, pela forma como foi apresentada pelo presidente da República. A interpretação do ministro Guedes é que essa provocação, esse assunto colocado, só pode ser resolvido no médio e longo prazos na medida em que houver a aprovação da proposta de reforma tributária e do pacto federativo, pois nem os estados e nem União podem abrir mão de receita", disse Casagrande.

Veículo: Site Secom	
Data: 11/02/2020	Caderno: Fazenda

Governo

11/02/2020 18:15

Consórcio do Nordeste traça agenda 2020

O presidente do Consórcio do Nordeste, governador Rui Costa, e os demais governadores da região se reuniram, nesta terça-feira (11), na sede do órgão, em Brasília, para esboçar como será a atuação da entidade durante os primeiros meses do ano.

Na agenda de março, está prevista viagem de captação de recursos na Europa, em países ainda não visitados. No mês de abril, o consórcio organizará um evento de recepção do setor privado europeu no Nordeste, provavelmente no Ceará, desdobrando a primeira visita que os gestores estaduais fizeram ao continente europeu ainda em 2019.

“Vamos tratar com os empresários as potencialidades nas áreas de saneamento, energia, infraestrutura, turismo, meio ambiente, desdobrando a agenda que tivemos na viagem à Europa”, destacou Rui. Ele comentou ainda sobre a nova sede do Consórcio Nordeste em Brasília, cujo local também recepcionará os Consórcios do Norte e do Centro-Oeste. “Isso facilita na unificação dessas três regiões que tanto lutam para se desenvolver, gerar emprego e melhorar a vida da população”.

Os governadores do Nordeste receberam na nova sede, nesta terça (11), embaixadores de diversos países, senadores e deputados federais para apresentar a estrutura física do órgão e colocar o consórcio à disposição.

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 12/02/2020	Página: A8

Sede do Consórcio Nordeste é inaugurada

Representantes dos governos dos nove estados nordestinos inauguraram a sede do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste. O governador da Bahia, Rui Costa (PT), informou que o espaço também será utilizado para sediar consórcios de estados do Centro-Oeste e da região Norte do País.

“Isso significa compartilhar experiências, programas, ações e dividir os custos das instalações. Vamos intensificar os contatos com as embaixadas e com os organismos internacionais que funcionam aqui em Brasília”, disse Rui, que atua também como presidente do colegiado.

Ontem, Rui Costa propôs ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que seja encontrado o caminho do diálogo entre estados e o governo federal sem que a política defina o tom. Sobre o desafio lançado pelo presidente Jair Bolsonaro, aos 27 governadores, de zerar o Im-

posto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, o governador diz que é preciso considerar a forma que se dá a formação de preços.

Rui contesta

“Quem faz o preço alto de combustível no Brasil é a rede oligopolizada de fornecimento e a posição da Petrobras em diminuir refino no Brasil e adquirir todo o derivado de petróleo do exterior, uma estratégia da Petrobras e do governo federal. Não é o ICMS que define o preço da gasolina”, disse Rui, lembrando que o ICMS cobrado pela Bahia é o mesmo há oito anos, quando a gasolina era cerca de R\$ 2.

A TARDE

O Jornal de toda Bahia

INVESTIMENTOS Riachão do Jacuípe, Ilhéus e Feira de Santana vão receber negócios no valor total de R\$ 19,5 milhões

Municípios baianos ganham novas indústrias

MARJORIE MOURA

A captação de novas indústrias e a ampliação de outras já existentes vêm sendo anunciadas desde o início de fevereiro pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), onde foram assinados novos protocolos no início desta semana, beneficiando os municípios de Riachão do Jacuípe, Ilhéus e Feira de Santana. Nestes serão implantados novos negócios que, juntos, vão representar um investimento de R\$ 19,5 milhões e gerar pelo menos 486 empregos. Os protocolos se referem aos segmentos calçadista, informática e têxtil.

"O primeiro será responsável por 74% das novas vagas geradas. O segundo vai ajudar a adensar a cadeia produtiva de eletroeletrônico e o terceiro mostra a tendência de crescimento da economia, já que o setor de embalagens é um excelente termômetro do consumo.



SDE / Ascom

A Lia Line, na Bahia desde 2003, vai montar uma nova fábrica de calçados infantis em Riachão do Jacuípe

também serão beneficiados com investimentos de R\$ 106,2 milhões e geração de 222 novos empregos diretos. Implantação e ampliação de fábricas em Feira de Santana, Simões Filho, Camaçari e Jacobina Das seis empresas que assinaram protocolo, quatro serão ampliadas e modernizadas, somando R\$ 100 milhões em investimentos.

A Freeway Artefatos de Couro, que está há mais de 20 anos em Jacobina, vai investir R\$ 15 milhões para ampliar sua produção, passando de mil pares/dia para quatro mil pares/dia. Serão mantidos os 203 empregos existentes e serão geradas até 70 novas vagas. A empresa construiu um centro de treinamento na cidade, anexo à fábrica, para capacitação dos funcionários.

A Monsanto, do Grupo Bayer Brasil, vai investir R\$ 80 milhões para modernizar a unidade em Camaçari. O investimento será aplica-

do na produção de tecnologia e soluções digitais para produtores brasileiros.

A DL Indústria e Comércio de Compostos Plásticos vai investir R\$ 3,2 milhões para implantação, em Simões Filho, de unidade industrial para fabricação de resinas termoplásticas recicladas, resina virgem e compostos plásticos e capacidade de produção de 3,6 mil toneladas/ano, onde serão gerados 80 empregos diretos. As obras, que começaram em 2020, têm a previsão de operação em 2021.

Essa modelagem de assinatura contribui ainda para a troca de experiência e a oportunidade de novos negócios entre as empresas", explicou Luiz Gugé, chefe de Gabinete da SDE.

No setor calçadista, a Indústria e Comércio de Calçados Tentro, do grupo Lia Line, com outros investimentos no estado, será responsável pela implantação de uma linha de calçados infantis, em Riachão do Jacuípe, onde serão aportados R\$ 7 milhões e criados 360 empregos diretos. A unidade te-

rá capacidade de produção de 675 mil pares/ano.

"A Lia Line está na Bahia desde 2003. São 10 unidades de produção, com pouco mais de três mil funcionários. Praticamente toda nossa linha de produção está aqui na Bahia e Riachão do Jacuípe fica próxima a Conceição do Coité e Valente, onde temos plantas de produção. Os municípios convergem fisicamente em uma região estratégica onde temos estrutura para trabalhar",

afirma Irivan Soares, diretor do grupo.

Ilhéus e Feira

A Boardtec do Brasil vai implantar, em Ilhéus, uma unidade produtiva para fabricação de placa de controle central de processamento, módulo de memória e unidade de armazenagem SSD. Com investimentos de R\$ 6 milhões, geração de 60 empregos e capacidade de produção de 350 mil unidades/ano, a empresa é uma

joint venture entre Daten e Login para fabricação inicial de componentes para as duas marcas.

"A implantação da Boardtec ajudará a adensar a cadeia produtiva, pois além de computadores, Ilhéus passará a produzir componentes, ajudando no custo, na logística e fazendo com que a Bahia seja independente e mais competitiva. A operação tornará ainda o Estado um dos polos relevantes no país, no setor de informática

e eletrônica", explica Christian Duncie, representante da Daten na Boardtec.

Feira de Santana receberá investimentos de R\$ 6,5 milhões para produzir tecido para big bag, embalagem homologada para transporte de resíduos e produtos perigosos. A unidade terá capacidade de produção de 72 toneladas/mês e vai gerar 66 postos de trabalho.

Outras localidades

Outros municípios baianos

A TARDE

O jornal de toda Bahia

PESQUISA Setor metalúrgico registrou principal contribuição negativa, -47,9%

Produção industrial da Bahia recua 2,9% em 2019

DA REDAÇÃO E
AGÊNCIA BRASIL
Salvador e Rio de Janeiro

Em dezembro de 2019, a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia, ajustada sazonalmente, recuou 2,4% frente ao mês imediatamente anterior. Na comparação com igual mês de 2018, a indústria baiana assinalou recuo de 4,7%.

No acumulado do ano houve redução de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. As informações fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizadas ontem pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Em oito das 12 atividades pesquisadas houve queda da produção em dezembro. O setor Metalúrgico (-47,9%) apresentou a principal contribuição negativa no período, explicada, especialmente, pela parada programada para manutenção de indústria de fabricação de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre e fios de cobre refinado.

Nacionalmente, a produção industrial caiu em sete

dos 15 locais pesquisados pelo IBGE em 2019. As principais quedas foram observadas nos estados de Minas Gerais (-5,6%) e Espírito Santo (-15,7%) e podem ser explicadas pela crise do setor extrativo.

A indústria extrativa foi afetada pela queda na produção de minério de ferro, em Minas Gerais, devido ao rompimento da barragem de Brumadinho (MG), no início de 2019. No Espírito Santo, a indústria sofreu impactos tanto pela tragédia em Minas Gerais quanto dos recuos na produção de óleos brutos de petróleo e gás natural e de celulose.

Também tiveram recuo na produção industrial a região Nordeste (-3,1%) e os estados da Bahia (-2,9%), Mato Grosso (-2,6%), Pernambuco (-2,2%) e Pará (-1,3%). Juntos, eles foram responsáveis pela queda de 1,1% na indústria nacional no ano de 2019.

Por outro lado, oito estados tiveram alta na produção, com destaque para o Paraná (5,7%). Outros locais com aumento na indústria foram Rio de Janeiro (2,3%), Amazonas (4%), Goiás (2,9%), Rio Grande do Sul (2,6%), Santa Catarina (2,2%), Ceará (1,6%) e São Paulo (0,2%).



Indústria brasileira carece de mão de obra qualificada, condição que dificulta a adoção de novas tecnologias

Falta trabalhador qualificado

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

A queda do desemprego, que afetava 11,6 milhões de trabalhadores em todo o país no fim de 2019, encontra uma barreira na formação média do trabalhador. Cinco em cada dez indústrias brasileiras têm dificuldade em contratar por causa da falta de trabalhador qualificado. A vaga existe, mas, muitas vezes, a empresa não consegue preenchê-la. É o que revela pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada ontem.

Intitulada Sondagem Especial—Falta de Trabalhador Qualificado, o estudo mos-

tra que a escassez de mão de obra qualificada afeta principalmente a indústria de biocombustíveis, onde 70% das empresas dizem ter dificuldades com a qualificação dos trabalhadores.

Em seguida vêm as indústrias de móveis (64%), de vestuário e de produtos de borracha (empatadas com 62%), têxtil e de máquinas de equipamentos (60% cada). Segundo a pesquisa, a função com maior carência de trabalhador qualificado é a de operador, que afeta 96% das empresas que relataram o problema.

A lista segue com empregados de nível técnico, que atinge 90% das indústrias

que enfrentam a falta de empregados com a formação adequada. Também há escassez de qualificação nas áreas de venda e marketing (82%), administrativa (81%), engenharia (77%), gerencial (75%) e pesquisa e desenvolvimento (74%).

Competitividade

Para a CNI, a falta de trabalhadores qualificados deve agravar-se à medida que a economia se recupera, tornando-se um dos principais obstáculos para o aumento da produtividade e da competitividade no país. A entidade sugere esforços de capacitação e de requalificação, no curto prazo, e

melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, com prioridade para a educação profissional, no médio e no longo prazo.

A baixa qualificação, ressalta o levantamento, dificulta a adoção de novas tecnologias em 31% das grandes indústrias e em 13% das indústrias de menor porte.

Entre as empresas com carência de mão de obra qualificada, 72% afirmam que a busca por eficiência e pela redução de desperdício é comprometida, 60% dizem que a manutenção ou o aumento da qualidade dos produtos têm prejuízo e 27% afirmam que deixam de aumentar a produção.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/02/2020	Caderno: Economia



GOVERNO ECONOMIZA COM COMBUSTÍVEIS PARA FROTA DE VEÍCULOS



12 Fevereiro, 2020

No último ano, o governo baiano economizou R\$ 2,4 milhões em despesas com combustíveis para a sua frota de veículos, graças a descontos em contratos de gestão de abastecimento. Os dados fazem parte de um balanço levantado pela Superintendência de Recursos Logísticos da Secretaria da Administração do Estado (Saeb), que é responsável pelos processos de gestão da frota no Estado.

“Os números demonstram resultados positivos de um esforço cotidiano em busca de maior controle e economia nos gastos públicos”, afirma a coordenadora de Serviços Auxiliares da Diretoria de Serviços da Superintendência de Recursos Logísticos, Camila Azevedo. Camila explica que o Estado vem conseguindo trabalhar com preços menores que os de mercado na aquisição de combustíveis desde 2007, quando o decreto 10.595 autorizou a Saeb a contratar empresas especializadas em gestão de frota e proibiu a cobrança de taxas adicionais sobre o valor do abastecimento.

Em 2019, os contratos mantidos pelo Estado possibilitaram descontos que variaram entre 3,66% e 5% no preço do combustível cobrado na bomba para o interior do Estado e entre 0,54% a 2,26% para capital e região metropolitana. No total, o abatimento chegou a cerca de R\$ 1,82 milhão no contrato que abastece o interior e mais de R\$ 547 mil no serviço de atendimento a Salvador e região metropolitana.

Foto: divulgação

Veículo: Bahia Já	
Data: 11/02/2020	Coluna: Economia



ECONOMIA

Estado arrecadou R\$ 7,2 milhões com leilões de bens móveis em 2019

Patrimônio não utilizado pelos órgãos públicos são vendidos e recursos destinados ao Tesouro

Ascom Saeb, Salvador | 11/02/2020 às 09:36

A Secretaria da Administração do Estado (Saeb) arrecadou para os cofres públicos R\$ 7,2 milhões, em 2019, com a realização de três leilões para a venda de bens públicos móveis, conforme balanço realizado pela Superintendência de Recursos Logísticos (SRL/Saeb). Proporcionalmente, levando em consideração o quantitativo de lotes, esta foi a maior arrecadação dos últimos dez anos com a venda de bens móveis do Estado (máquinas, equipamentos, veículos, móveis e outros).

O Governo leiloa aqueles bens públicos que não estão mais sendo utilizados pelos órgãos do Estado. Toda a arrecadação dos leilões é destinada ao Tesouro do Estado e os recursos podem ser utilizados para novos investimentos e melhoria dos serviços públicos prestados.

No ano passado, a Saeb realizou três leilões de bens móveis, vendendo um total de 744 lotes, compostos por bens públicos como móveis, máquinas, equipamentos, veículos, dentre outros. Em 2018, a arrecadação total foi de R\$ 7,5 milhões, ligeiramente superior a de 2019, mas com uma quantidade de lotes maior (784).

Os dois últimos anos alcançaram os melhores resultados da década (2010/2019), proporcionalmente, comparando a arrecadação e a quantidade de lotes vendidos. Apenas em 2013 a arrecadação foi superior R\$8,6 milhões, mas com uma venda de 1.555 lotes. Assim, no ano de 2018, a arrecadação foi proporcionalmente maior.

A Secretaria da Administração realizou em abril o Leilão Saeb 02/2019, vendendo 251 lotes de bens públicos por R\$ 2,65 milhões. O certame conseguiu um ágio de 275% em relação ao valor de avaliação dos bens. Este leilão teve 560 inscritos, o maior número de participantes dos últimos 20 anos.

Realizado em julho, o Leilão 03/2019 arrecadou R\$ 2,24 milhões com a alienação de 252 lotes de bens públicos. O resultado do certame alcançou um ágio de 84% sobre o valor de avaliação dos bens (veículos, materiais de informática, móveis de escritório, equipamentos eletrônicos, máquinas e outros). Por fim, em outubro, o Leilão 04/2019 arrecadou R\$ 2,39 milhões com a venda de 241 lotes formados de bens públicos como carros, equipamentos, eletrônicos e até jet ski.

FOLHA DE S.PAULO

Governo avalia desistir de proposta própria de reforma do funcionalismo

Ideia seria aproveitar matérias em tramitação no Congresso e só enviar sugestões; Maia insiste em PEC

Fábio Pupo e Julia Chaib

BRASÍLIA O governo passou a avaliar a desistência do envio de uma proposta própria de reforma administrativa ao Congresso. As novas regras deverão alterar, por exemplo, o regime de contratação e planos de carreira.

A ideia, no entanto, foi recebida com contrariedade pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A proposta, que começou a ser discutida entre governo e congressistas, é o Executivo deixar de enviar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) de sua autoria e aproveitar matérias já em tramitação. A partir daí, seriam enviadas apenas sugestões ao Congresso.

A equipe econômica ainda insiste em que as medidas sejam enviadas pelo Executivo a deputados e senadores. A Folha apurou que a resistência está no núcleo político do Palácio do Planalto

em razão das eleições.

Ao tomar conhecimento do movimento, Maia mandou um recado ao Executivo.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse na noite desta terça-feira (11) que Maia o procurou no fim da tarde para afirmar que preferia que o governo mantenha o plano inicial de mandar ao Congresso a PEC da reforma administrativa.

Diante da sinalização de Maia, Bezerra disse que a tendência do Executivo agora é enviar uma proposta própria para alterar a estrutura do funcionalismo público.

Segundo Bezerra, o governo estava estudando formas de agilizar a tramitação da reforma administrativa. Após conversas com líderes partidários, surgiu a ideia de embutir as medidas previstas na PEC em uma proposta que já tramita na Câmara.

O Executivo poderia economizar cerca de 30 dias, tempo estimado para aprovar o texto na CCJ (Comissão de Consti-



Guedes cumprimenta Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), à frente de Rodrigo Maia e Dias Toffoli. Pedro Ladeira/Folhapress

tuição e Justiça), primeira etapa da tramitação na Câmara. "Havia umas sugestões de que, como há PECs tramitando na Câmara, para ganhar tempo, se poderia encaminhar também como está sendo feito na tributária, mas Rodrigo [Maia] prefere que o governo mande a PEC. O governo está admitindo mesmo é mandar a PEC", disse.

Com o movimento de Maia, o governo pode recuar da intenção de aglutinar as propostas. "Se discutia como agilizar para ver como seria mais rápido, como a reforma tributária. Já passou pela CCJ e agora está na comissão especial", afirmou Bezerra.

"Depois de resolvido o problema da comissão mista que

vai unificar o texto, ela vai direto para a comissão especial. Então, nas discussões que estávamos desenvolvendo, surgiu uma ideia, deve ter alguma PEC de reforma administrativa que dê para acoplar, mas está prevalecendo a ideia do governo de mandar a PEC."

Agora, Bezerra defende o envio da PEC no máximo até a próxima semana para que ela consiga ser aprovada até o meio do ano, antes das eleições municipais.

"O que tenho dito é que, para a PEC tramitar com chances de ser aprovada até o fim de julho, tem de chegar aqui até o Carnaval. Então, a minha expectativa é que a PEC seja enviada até a próxima semana". Uma eventual desistência

da PEC ganhou espaço nas discussões entre governo e congressistas depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter comparado servidores a parasitas.

"O funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação, além de ter estabilidade na carreira e aposentadoria generosa. O hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita", disse na última sexta-feira (7).

A declaração levou a reação do funcionalismo, com notas de protesto de associações de servidores (como as da Receita Federal e do BNDES).

A fala do ministro rendeu uma denúncia contra ele na Comissão de Ética da Presidência da República, feita

pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado).

A alternativa de usar textos existentes no Congresso e mandar apenas sugestões foi usada na reforma tributária, quando o governo viu os dois canais de tramitação (Câmara e Senado) obstruídos com propostas próprias e as duas Casas disputando protagonismo sobre o tema.

Por isso, o ministro desistiu de uma PEC de sua autoria e decidiu enviar apenas sugestões aos trabalhos de deputados e senadores.

Guedes e sua equipe trabalham há meses na proposta própria de reforma administrativa. Ela prevê mudanças mais profundas para novos servidores.

Estão nos planos do ministro criar novos regimes de contratação de servidores, mudar a avaliação de desempenho e enxugar o número de carreiras, além de outros itens.

As propostas de Guedes sobre o tema têm sido apresentadas nas últimas semanas a ministros e outros integrantes do governo. Paralelamente, vêm ganhando ajustes antes de serem concluídas.

A previsão inicial do Ministério da Economia era que ela seria enviada em novembro, com o pacote que altera regras fiscais e orçamentárias e que ganhou o nome

de Plano Mais Brasil.

Depois, o ministro disse que ela seria apresentada no início do ano. Mas, até hoje, o texto não foi lançado.

Na equipe econômica, a justificativa para o adiamento é o timing político. Bolsonaro estaria pedindo mais tempo diante dos protestos vistos pela América Latina, como no Chile.

A ala política do governo, liderada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também influenciou na decisão do adiamento.

A reforma também é considerada sensível porque atinge uma categoria de trabalhadores que tem forte lobby no Congresso.

A frente parlamentar do serviço público, por exemplo, tem 255 deputados, ou quase metade dos 513.

Colaboraram Bernardo Caram, Daniel Carvalho, Gustavo Uribe, Ricardo Della Coletta, Talita Fernandes e Thiago Resende. **Leia mais nas pags. A4 (Painel), A20 (Painel S.A.) e A22 (coluna de Vinicius Torres Freire)**

“

Havia umas sugestões de que, como há PECs tramitando na Câmara, para ganhar tempo, se poderia encaminhar também como está sendo feito na tributária, mas Rodrigo [Maia] prefere que o governo mande a PEC

Fernando Bezerra Coelho
líder do governo no Senado

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 12/02/2020	Página: A20

FOLHA DE S.PAULO

Painel S.A.

joana.cunha@grupofolha.com.br

Eventual desistência de reforma administrativa pelo governo divide defensores da tributária

Para parcela que comemorou, cenário pode abrir espaço para discussões do sistema tributário

12.fev.2020 às 2h31

Dois é bom As notícias de que o governo passou a avaliar a desistência do envio de uma proposta de reforma administrativa ao Congresso dividiram os defensores da reforma tributária na tarde desta terça-feira (11) na Câmara. Uma parte comemorou, entendendo que um cenário assim abriria espaço para a complicada discussão do sistema tributário, que ainda divide setores do empresariado. O presidente da casa, [Rodrigo Maia, no entanto, avalia](#) que há espaço para ambas.

Caminhos Há um consenso de que a presença da reforma administrativa pode desacelerar o andamento da tributária, apesar do posicionamento de Maia, de que ela já está no caminho certo.

Distância Ainda falta um esforço para conciliar o interesse de setores avessos à PEC 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que tramita na Câmara. Entre os grupos mais sensíveis estão transportes, saúde, imobiliário e educação.

Costura A coalizão das indústrias saiu satisfeita da reunião com o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), [relator da reforma tributária](#), nesta terça (11), de acordo com José Ricardo Roriz, presidente da Abiplast.

Consenso Após o encontro, entidades como Aço Brasil (aço), Anfavea (automotiva), Abimaq (máquinas) e Abit (têxteis) concluíram estarem alinhadas com a proposta. “Estamos 100% de acordo com o que o deputado falou. Acertamos que vai ter uma interação com a indústria”, diz Roriz.

Os russos Os representantes da indústria reconhecem que falta acalmar a oposição dos setores de serviços, que ainda tentam resgatar a CPMF como solução para suprir a desoneração da folha.

Alternativas “Quem tem mão de obra intensiva quer desonerar, mas é um desafio. As soluções dadas até agora, o imposto do pecado e o da movimentação financeira, foram criticadas”, afirma Roriz.

FOLHA DE S.PAULO

Emendas impositivas do Orçamento somam R\$ 46,2 bi



Governo chega a acordo para retomar controle de R\$ 11 bi do Orçamento

Pelo menos R\$ 15 bilhões em emendas parlamentares, no entanto, passam a ser de execução obrigatória, uma vitória do Legislativo

BRASÍLIA E SÃO PAULO Governo e líderes do Congresso fecharam acordo que vai tirar do Executivo o controle sobre cerca de R\$ 20 bilhões do Orçamento deste ano. A negociação teve como objetivo evitar que os parlamentares ficassem responsáveis pela alocação de um valor maior, que chegaria a R\$ 31 bilhões.

Quase metade desse montante é de gastos básicos dos ministérios. A outra metade são investimentos.

Em dezembro do ano passado, o Congresso aprovou uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias para garantir que o governo fosse obrigado a executar as emendas de autoria do relator-geral do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE), no valor de R\$ 30,1 bilhões. Também seria obrigatório o empenho de R\$ 687 milhões em emendas de comissões temáticas da Câmara e do Senado.

Essa alteração na lei foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), mas o Congresso Nacional marcou para esta quarta-feira (12) uma sessão com objetivo de derrubar o veto da Presidência.

Diante da certeza de que seria derrotado, o Palácio do Planalto montou uma operação envolvendo o ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Após negociações, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), confirmaram o acordo.

Ficou acertado que ao menos R\$ 11 bilhões de custeio para a máquina pública ficarão sob controle do governo. O governo negocia para aumentar esse valor em mais R\$ 4 bilhões.

Os outros R\$ 15,1 bilhões das emendas do relator passarão a ser obrigatórios.

Embora sejam emendas do relator-geral, elas representam demandas de todo o Congresso feitas durante a elaboração do Orçamento.

Pelo acordo, o Legislativo derrubará parte do veto do presidente nesta quarta e, no mesmo dia, será votado um projeto de lei que devolva ao Executivo o controle de parte das despesas.

O artigo vetado também previa que a verba das emendas fosse empenhada em até 90 dias, sob risco de punição aos gestores. Essa parte do dispositivo continuará vetada, o que representa

uma vitória para o governo.

Por outro lado, a legislação voltará a prever que as emendas de relator e de comissões só podem ser contingenciadas na mesma média que as demais despesas públicas, o que atende ao pleito dos parlamentares, para evitar que o governo coloque esses gastos no final da fila.

Para ter uma ideia do peso dessas emendas no Orçamento, o governo só tem R\$ 136 bilhões para realizar despesas discricionárias (todo o restante dos gastos são obrigatórios, com salários e benefícios). Desse total, R\$ 91 bilhões são para custeio e investimentos dos ministérios. O governo ainda precisa encaixar nesses gastos R\$ 9,5 bilhões em emendas parlamentares individuais e R\$ 5,9 bilhões de bancadas estaduais, valores que são de execução obrigatória há alguns anos.

O projeto a ser votado nesta quarta prevê ainda que seja retomada a possibilidade de o Executivo poder remanejar o Orçamento por meio de portarias, sem precisar de autorização do Congresso.

Essas alterações de despesas por ato do Executivo, no entanto, devem ser limitadas a um percentual do Orçamento. Esse mecanismo funcionava em anos anteriores, mas foi retirado no Orçamento de 2020.

Outra parte do acordo envolve o pagamento de obras que não foram concluídas. Nesses casos, o dinheiro reservado entra no Orçamento como forma de restos a pagar.

Como muitas obras não são finalizadas, o governo quer permitir que o dinheiro que sobrou no caixa de 2020 seja usado para bancar restos a pagar de anos anteriores.

As emendas parlamentares são propostas por meio das quais deputados e senadores podem influir diretamente na alocação de recursos e atender a pedidos de suas bases eleitorais. Elas podem ser destinadas a um projeto nacional ou em determinado estado ou município.

Do valor total as emendas impositivas de 2020, 34% são destinados a programas da área da saúde, 23% ao Ministério da Integração Nacional e 11% para a educação, de acordo com o site Siga Brasil, do Senado.

A aprovação do artigo que ampliou o valor das emendas obrigatórias reflete o desgaste entre os dois Poderes. Representantes do Legislativo

O PESO DAS EMENDAS
A título de comparação, o valor das emendas do relator-geral do Orçamento supera os gastos previstos no ano para o Bolsa Família, de R\$ 29,5 bilhões, e equivale a praticamente dois terços do valor total das emendas impositivas, que somam R\$ 46,2 bilhões

ouvidos pela Folha também citam a desconfiança em relação às prioridades de gastos do Executivo atual.

Em 2019, por exemplo, o governo contingenciou uma série de despesas e, ao fim do ano, acabou por injetar recursos expressivos em empresas estatais, em especial na área de defesa.

Os problemas na área de educação, pasta que já teve um ministro demitido e que tem seguro de recursos para o pagamento de bolsas, por exemplo, também fizeram com que os parlamentares recebessem muitos pedidos para apresentar emendas e garantir recursos.

Outro veto da mesma lei, que também pode ser derrubado nesta quarta, tentou garantir recursos para vários órgãos federais afetados bloqueio de verbas. O dispositivo impedia que o Ministério da Economia bloqueasse despesas de instituições como IBGE, Embrapa (empresa de pesquisa agropecuária) e Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), entre outras.

Uma série de estudos questiona a eficácia das emendas parlamentares para melhorar a qualidade do gasto públicos.

Entre os problemas está a concentração de poder nas mãos de uma única pessoa para eleger uma despesa como prioridade. Há também a questão da diluição dos gastos: um parlamentar pode destinar sua cota individual de R\$ 15,9 milhões para um projeto de valor superior a este, que poderá se tornar uma obra incompleta se não obtiver mais recursos.

Outra questão é a possibilidade de o Executivo alegar "impedimento de ordem técnica" ou orçamentária e utilizar a liberação da verba como instrumento de barganha. As restrições orçamentárias foram um dos argumentos do presidente para vetar o artigo.

Ao chegar ao Congresso nesta terça, o presidente da Câmara alinheteu o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao falar sobre o acordo dos vetos.

"Tínhamos entendido que o discurso do governo, do ministro Paulo Guedes, de empoderar o Parlamento, era 100% verdadeiro. É meio verdadeiro, mas não tem problema, não estamos nessa disputa", afirmou Maia ao confirmar o acordo. Daniel Carvalho, Thiago Resende, Angela Boldrini, Talita Fernandes, Ricardo Della Coletta e Eduardo Cucleo

FOLHA DE S.PAULO

Mau começo do governo no Congresso

Plano de zerar imposto de combustíveis morre, mais vetos de Bolsonaro caem

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo começa o ano no Congresso pagando contas de sua balbúrdia boquirrota, de sua falta de planejamento, de articulação política e de prioridades. Mau sinal para um ano parlamentar curto e mais difícil por causa da eleição e porque a boa vontade parlamentar já não é a mesma de 2020.

O programa reformista deve ainda deve andar neste ano, no essencial. Mas, como previsto, muito deputado e senador se pergunta por que deve sustentar a estabilidade político-econômica do governo de Jair Bol-

sonaro, aprovando leis duras, sem nenhum bônus e, além do mais, sofrendo campanhas de difamação das milícias virtuais bolsonaristas.

Para começar, era bravata e bazófia aquela história de "zerar" impostos sobre combustíveis ("zere o seu que eu zero o meu", disse mais ou menos Bolsonaro). O presidente e suas milícias fizeram chacinha nas redes por uns dias com essa ideia obviamente lunática de deixar de tributar combustíveis, começando pelo ICMS, o que quebraria de

vez os estados.

O ministro Paulo Guedes e os governadores, avacalhados por Bolsonaro, "concordaram" em deixar que o assunto seja tema dos debates da reforma tributária e do pacto federativo — "na volta a gente compra", como diziam asmãs. Em resumo, houve uma tentativa de sair de fininho do vexame de uma ideia inviável, mera demagogia agressiva.

O saldo da bravata é um tanto mais de desmoralização político-intelectual do Planalto, como se fosse possível, e ain-

da mais desconfiança dos governadores.

Para continuar, os parlamentares vão derrubar mais vetos de Jair Bolsonaro a novidades na lei que dá diretrizes para a proposta e a organização do Orçamento, algumas de fato amalucadas.

No essencial de um assunto muito enrolado, o Congresso acabou ficando com mais poderes para definir investimentos. Para tanto, vai derrubar vetos de Bolsonaro, mas fez um acordo para não passar um trator na vontade presi-

dencial, acordo o que deixou muito parlamentar com ainda mais má vontade com o governo, para dizer a coisa de modo suave.

"Pelo visto a promessa de empoderar o Parlamento não era 100% verdadeira, mas tudo bem, não vamos brigar por isso", escarneceu, de leve, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Como se não bastasse, o dia foi de fofoca e idas e vindas a respeito do que, faz semanas, era uma das prioridades do governo neste ano, a reforma administrativa (revisão de carreiras, cargos, reajustes, estabilidade e avaliação do funcionalismo). O governo não conseguia se decidir se manda ou não a emenda constitucional para o Congresso.

Por que a indecisão? Em parte, Bolsonaro teme causar revolta contra seu governo. Em parte, o filme dessa reforma

ficou queimado ou pelo menos borrado pelo fato de Paulo Guedes ter chamado servidores de "parasitas", na semana que passou.

Em parte, ainda não se sabe qual será a recepção do projeto no Congresso, que começa o ano de mau humor com o governo e menos disposto a carregar nas costas e sozinho, sem apoio do Planalto, projetos em tese impopulares.

Os parlamentares ainda esperam sinais da opinião pública antes de pensar se vão embalar outro Mateus que não pariram, ainda mais em ano eleitoral (e, pior ainda, desagradando a parentes, agregados, bases eleitorais e tantos amigos do funcionalismo na Casa).

Pelo jeito, até que o "parlamentarismo branco" organize a pauta do governo, não sabemos bem o que será do governo (sic).

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Veículo: O Globo	Online
Data: 12/02/2020	Coluna: Economia

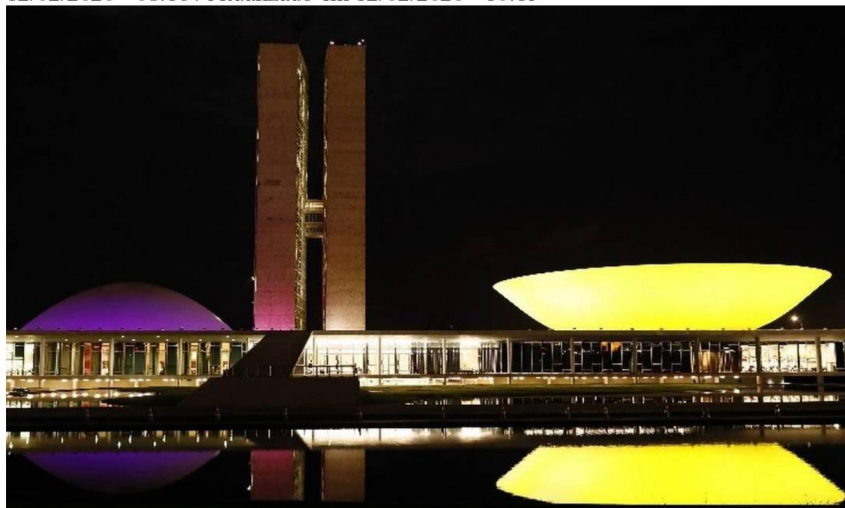


Após pressão de Maia, governo recua e decide enviar texto próprio da reforma administrativa

Para parlamentares, proposta precisa ter 'digital' do governo, para que Congresso não arque com ônus político

Manoel Ventura, Naira Trindade, Gustavo Maia, Bruno Góes e Amanda Almeida

12/02/2020 - 08:16 / Atualizado em 12/02/2020 - 10:15



Parlamentares não querem não arcar com ônus político da reforma Foto: Daniel Marengo- Agência O Globo

BRASÍLIA - O governo admitiu nesta terça-feira [desistir de encaminhar ao](#)

[Congresso](#) Nacional uma proposta própria de reforma administrativa, que muda regras para os servidores públicos. A ideia era enviar apenas “sugestões” a um texto que já tramita na Câmara. A pressão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e de outras lideranças partidárias, no entanto, fez o governo recuar e se decidir novamente por mandar um texto próprio.

A avaliação de parlamentares é que a proposta precisa ter a “digital” do governo, para que os parlamentares não arquem com o ônus político da reforma. Isso adiou, mais uma vez, o envio formal da proposta, que já está praticamente pronta dentro do Ministério da Economia.

No início da noite, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), admitiu que houve conversas sobre como agilizar a tramitação e, por isso, cogitou-se adotar

uma proposta de emenda à Constituição (PEC) já em tramitação no Legislativo. Segundo Bezerra, porém, Maia se posicionou contra a ideia de o governo não mandar sua própria proposta:

— Havia umas sugestões. Como há PECs tramitando na Câmara, para ganhar tempo, seria possível encaminhar também como está sendo feito na reforma tributária. Mas Rodrigo (Maia) prefere que o governo mande a PEC, e o governo está admitindo mesmo mandar a PEC. Havia discussões sobre como agilizar. Então, dá para pegar uma PEC? Era isso. Mas o governo deverá encaminhar PEC.

Segundo Bezerra, ainda não há data para apresentar a proposta. Ele espera que isso ocorra antes do carnaval:

— Não tenho a informação de se (o governo) vai encaminhar esta semana ou na próxima. O que tenho dito é que, para que a PEC tenha chance de ser aprovada até o fim de julho, tem de chegar aqui antes do carnaval. Então, a minha expectativa é que chegue na próxima semana.

'Timing' político

O dia ontem foi de discussões dentro do governo sobre o melhor *timing* político de envio do texto. Um integrante da equipe econômica disse que a reforma está pronta, e que as decisões agora são políticas.

Há meses o governo trabalha no texto da PEC. Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro chegou a dizer que estava na iminência de enviar a proposta da reforma administrativa ao Congresso.

Na sexta-feira, em evento no qual disse que encaminharia a reforma nesta semana, o ministro da Economia, Paulo Guedes, [associou os servidores públicos a “parasitas”](#).

A fala de Guedes provou uma [enxurrada de protestos de servidores públicos](#), o que resultou em um desgaste político do tema. Para tentar reduzir o prejuízo, o Ministério da Economia divulgou nota dizendo que a [fala havia sido tirada de contexto pela imprensa](#).

Depois, o ministro também enviou mensagem a jornalistas e outras pessoas [pedindo desculpas pela declaração](#).

Após a repercussão negativa da fala do ministro, o governo começou a avaliar mudanças no formato e no *timing* de envio da proposta. Ontem, fontes da equipe econômica e da ala política do governo admitiram a possibilidade de submeter ao Congresso apenas “sugestões”, que seriam incorporadas a uma outra PEC que já tramita na Câmara dos Deputados.

Terceiro recuo

Seria uma estratégia semelhante à da reforma tributária, na qual o governo enviará apenas propostas para uma comissão especial que reunirá textos que tramitam na Câmara e no Senado. A diferença é que não há nenhuma proposta sobre servidores públicos avançada e na ordem de prioridades da Câmara.

Por isso, a possibilidade de o governo não enviar um texto próprio para a reforma administrativa foi mal recebida dentro do Congresso, não apenas por Maia.

Deputados e senadores viram a movimentação do governo como uma tentativa de colocar no colo do Parlamento a responsabilidade por mais uma agenda negativa, depois da aprovação da reforma da Previdência.

Para lideranças parlamentares, é preciso que o governo “coloque a digital” e assuma o ônus da reforma.

Segundo o líder da maioria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o entendimento dos deputados é que a responsabilidade para o envio do texto é do governo.

No mesmo sentido, o líder do PL na Câmara, Wellington Roberto (PB), disse que o Parlamento não iria aceitar apenas “sugestões”, já que a proposta de reforma administrativa do Executivo deve partir do governo.

Esse é o terceiro recuo na proposta de mudar as regras para os servidores públicos. A ideia inicial era encaminhar o texto junto com outras três propostas do chamado pacto federativo, em novembro, o que não ocorreu.

O segundo adiamento veio no fim do ano passado, quando o governo desistiu de enviar a reforma ao Congresso, por receio de protestos de rua em meio a uma onda de manifestações na América Latina.

O que deve mudar com a proposta

Cargos

Redução gradativa do número de cargos de nível auxiliar e intermediário. Hoje, há 223 mil servidores nesses níveis.

Nomenclatura

Unificação da nomenclatura dos cargos. Hoje, um mesmo cargo pode ter até 13 denominações.

Concursos

Haverá corte no número de concursos públicos. A ideia é reduzir os gastos com folha de pessoal.

Tempo de serviço

Servidores novos não terão direito a progressão automática por tempo de serviço. Para algumas categorias, o direito à estabilidade passaria de três para dez anos.

Veículo: O Globo	Online
Data: 12/02/2020	Coluna: Economia



Witzel pede que discussão da divisão dos royalties do petróleo seja resolvida no Congresso

A questão está no Supremo Tribunal Federal desde 2013 e foi pautada para abril deste ano pelo presidente Dias Toffoli

Gabriel Shinohara

11/02/2020 - 17:47 / Atualizado em 11/02/2020 - 20:17



Plataforma de

petróleo Foto: Fotolia

BRASÍLIA - O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), pediu nesta terça-feira que a discussão sobre a distribuição dos royalties do petróleo seja resolvida no Congresso. A questão está no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2013 e foi pautada pelo presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, para abril de 2020.

- Na própria PEC do pacto federativo tem um dispositivo que reavalia toda a questão da distribuição do royalties do petróleo. Então seria na PEC que esse ano está tramitando. O Estado do Rio de Janeiro entende que aguardar essa PEC seria a melhor solução do que efetivamente o julgamento - disse Witzel.

O governador do Rio de Janeiro participou de uma reunião convocada pelo presidente do STF, Dias Toffoli, com representantes de outros estados para discutir a questão dos royalties.

Witzel também propôs uma alternativa, já que, segundo o próprio governador, a proposta dele não tem apoio da maioria de outros representantes dos estados. Ele pediu que, se for o caso de julgar a matéria no STF, que haja uma modulação para evitar que a decisão não tenha efeito retroativo.

- Evidente que se isso não for possível, um pedido alternativo, se não for possível que a gente consiga adiar mais um pouco o julgamento, para que a questão seja resolvida no Congresso, que na modulação dos efeitos da decisão nós não tenhamos o impacto retroativo que seja válido para os contratos a partir do julgamento ou assinados após 2019 - disse Witzel.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, convidou representantes de 24 estados para discutir sobre as ações que tratam da redistribuição dos royalties de petróleo. O julgamento está marcado para dia 29 de abril no plenário do Supremo.

A discussão começou em 2012, quando a então presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou a Lei dos Royalties, que reduzia de 26,25% para 20% a fatia das compensações pagas pela indústria do petróleo destinada a estados produtores, que também passariam a ficar só com 20% das participações especiais (PEs), metade do que arrecadam hoje.

Entre os municípios produtores, o percentual dos royalties despencaria de 26,25% para apenas 4% e o de PEs, de 10% para 4%. Esses recursos passariam a ser distribuídos por todos estados e municípios, e não apenas os produtores.

Em 2013, a ministra Cármen Lúcia concedeu uma liminar que impediu os estados produtores, como o Rio de Janeiro, perdessem arrecadação. O caso havia sido pautado para novembro de 2019, mas acabou sendo adiado. Em outubro, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC) pediu ao STF que adiasse a votação por seis meses. O julgamento foi remarcado pelo presidente Dias Toffoli para o calendário de 2020.

Estados buscam solução em 30 dias para royalties de petróleo

Governadores formarão grupo de trabalho para debater divisão do recurso

Por **Estevão Talar** — De Brasília

12/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Os governos estaduais formarão um grupo de trabalho para debater ao longo do próximo mês a divisão dos royalties do petróleo. O tema foi discutido em reunião realizada nesta terça-feira entre governadores e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, no Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

“Vamos nos reunir para trabalhar uma modulação [dos repasses]”, disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), após o encontro. “Há uma mobilização nacional dos Estados não produtores de participarem dessa riqueza nacional”, afirmou o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC).

Lei aprovada em 2013 estabeleceu que Estados não produtores de petróleo receberiam percentuais mais elevados dos royalties. O governo do Rio de Janeiro conseguiu, entretanto, barrar de maneira liminar a decisão no Supremo na ocasião.

De acordo com o governador capixaba, Renato Casagrande (PSB), o grupo terá representantes de três Estados produtores - São Paulo, Rio de Janeiro e o próprio Espírito Santo - e três não produtores (Rio Grande do Sul, Goiás e Piauí). Também contará com a presença da relatora do caso no Supremo, ministra Cármen Lúcia.

Além disso, a tendência é que o ministro da Economia, Paulo Guedes, e representantes da Advocacia-Geral da União e do Ministério de Minas e Energia sejam convidados para participar do debate em algum momento, segundo Witzel.

Dessa maneira, o grupo pretende chegar a um acordo em aproximadamente 30 dias, antes do julgamento do caso no Supremo, pautado para abril.

“O acordo, ainda que não seja o melhor dos mundos, é melhor do que uma derrota judicial que pode impactar rigorosamente o orçamento do Rio de Janeiro”, afirmou Witzel.

Na reunião de ontem, estiveram presentes pelo menos 13 governadores. Um dos pontos centrais do debate deve ser a retroatividade dos pagamentos. Dias, governador do Piauí, afirmou que os Estados não produtores teriam R\$ 100 bilhões a receber dos demais entes.

“Entendemos que os [recursos dos] oito anos que passaram não serão repassados agora”, disse o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). Isso, na avaliação dele, abriria espaço para que os não produtores pleiteassem condições mais favoráveis.

Só em três Estados indústria voltou ao nível pré-crise em 2019, diz IBGE

Mesmo com alta acima da média, SP levaria 13 anos no ritmo atual para se recuperar

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

12/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Bernardo Almeida, analista do IBGE: setor extrativo em Minas conseguiu parte da produção ao longo do ano — Foto: Divulgação

Passados três anos do fim da recessão, somente três dos 15 locais acompanhados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE fecharam 2019 com a produção acima do nível pré-crise: Pará, Mato Grosso e Santa Catarina. Os mais distantes da recuperação são Minas Gerais e Espírito Santo, exatamente os que mais pesaram na queda da indústria nacional em 2019.

A produção de bens industriais do Estado de São Paulo cresceu em ritmo lento, com alta de 0,2% em 2019, porém melhor do que a média nacional no ano passado (queda de 1,1%). Se mantiver o ritmo de recuperação registrado nos últimos três anos (1,5% ao ano), as fábricas paulistas ainda levarão quase 13 anos para recuperar o nível pré-crise.

Indústria regional

Variação acumulada da produção desde dezembro de 2013 - em %



Fonte: IBGE

“Claro que esse tempo de recuperação pode ser menor daqui para frente se mudar a hipótese de crescimento. Se a recuperação do setor acelerar para uma um ritmo médio de 3% ao ano, por exemplo, a indústria local recuperaria seu patamar em seis anos e meio”, disse Marcel Balassiano, da Fundação Getulio Vargas (FGV), autor do cálculo.

Conforme os dados divulgados pelo IBGE, a produção em Minas Gerais (-5,6%) e Espírito Santo (-15,7%) foi a principal responsável pela queda da indústria nacional em 2019, impactados pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG), ocorrida no fim de janeiro.

“A indústria extrativa de Minas Gerais fechou o ano em queda de 25,3%. Essa queda chegou a ser ainda mais intensa ao longo do ano, com dificuldades adicionais de paralisações de unidades produtivas e chuvas. Mas o setor extrativo conseguiu recuperar um pouco a produção ao longo do ano”, disse Bernardo Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

Dessa forma, o parque fabril de Minas Gerais chegou a dezembro 23% abaixo do nível de dezembro de 2013, igual mês que antecedeu a recessão. No caso do Espírito Santo, essa diferença do nível pré-crise está em 31,7% - além do minério de ferro, a produção de papel e celulose despencou no período e contribuiu para o maior distanciamento.

Grande produtor de minério de ferro, o Estado do Pará também foi afetado pelo rompimento da barragem, por causa das mudanças de política operacionais da Vale. A indústria local recuou 1,3% em 2019. Mesmo assim, o Pará produzia em dezembro 35,3% a mais do que em dezembro de 2013, graças à entrada em operação de grandes projetos da Vale.

Entre os destaques positivo da produção no ano passado estavam os Estados da região Sul: Paraná (5,7%), Santa Catarina (2,2%) e Rio Grande do Sul (2,6%). Todos foram impulsionados pela indústria de transformação. Com maior fabricação de veículos e de máquinas e equipamentos, Santa Catarina terminou o ano produzindo 0,2% a mais do que em 2013.

A produção da indústria fluminense também foi destaque, com avanço de 2,3% em 2019, embalada sobretudo no avanço da indústria petroleira. No ano passado, a Petrobras produziu 2,172 milhões de

barris/dia de petróleo no Brasil, números que refletem os recordes de produção da companhia no pré-sal. Foi o terceiro ano seguido de alta da indústria do Rio de Janeiro.

No outro extremo, a produção do Nordeste recuou 3,1% em 2019, após alta de 0,2% em 2018. “A sinalização mais recente para a região, contudo, é positiva, já que no último trimestre do ano conseguiu obter variação de 0,2% ante o mesmo período do ano anterior”, disse Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Para Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, a aprovação da reforma tributária pode ser um fator de inflexão para o ritmo de retomada da indústria brasileira em 2020. “Com o consumo e recuperação da construção e do setor de automóveis, toda a cadeia da indústria pode melhorar seu desempenho neste ano, inclusive no Estado de São Paulo”, acredita o analista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Combate ao Aedes Aegypti: prevenção e controle da dengue, chikungunya e zika
MINISTERIO DA SAÚDE

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.
LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Sandália anatômica de couro legítimo ideal para quem preza o conforto
COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

Máquina de pão de queijo, oportunidade de aumentar seus lucros e sair na frente de seus concorrentes.
PROJET EQUIPAMENTOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Afya, de educação, anuncia oferta subsequente de ações em Nova York

VALOR INVESTE

Guedes diz que não foi consultado por Bolsonaro sobre 'provocação' em ICMS dos combustíveis

VALOR INVESTE

Veja 5 dicas para ser contratado em 2020 (mesmo antes do Carnaval)

Sobre tributar ou quem vai pagar a conta?

Tributar excessivamente as aplicações financeiras pode diminuir o estímulo à formação de poupança visando a aposentadoria

Por Eduardo Fleury

12/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Na discussão sobre a reforma tributária existe uma razoável confusão sobre as bases tributárias e os conceitos econômicos de produto, renda e patrimônio. A falta de compreensão da conexão destes agregados leva com certa frequência a conclusões equivocadas sobre quem e o que está sendo tributado. Além disso, o debate da reforma deve levar em conta as limitações do sistema tributário para resolver problemas originados pelo sistema econômico.

A atividade econômica se organiza por meio de fatores de produção (terra, capital e trabalho) que processam o que é retirado da natureza através de uma cadeia de unidades de negócios, resultando no produto final. Durante este processo, cria-se valor, que é distribuído sob a forma de renda (lucro, salário e renda da terra) para os proprietários dos fatores. O juro remunera o capital quando empresas utilizam capital de terceiros. Ao final do período, a renda gerada é igual ao produto final. Na ausência de governo, a renda gerada é consumida ou poupada. A poupança é utilizada para investimento e na contabilidade nacional estes dois valores se igualam.

Até alíquota “flat” com alto limite de isenção para rendas mais baixas permite sistema mais progressivo que o atual

O valor não consumido (poupança), embora carregado ao investimento, é acumulado por meio, por exemplo, da compra de imóveis, da aquisição de ações ou da aplicação em planos de previdência. Portanto, o patrimônio de uma pessoa é o resultado do acúmulo de renda auferida em períodos anteriores.

Tributar o consumo implica em reduzir a renda tanto quanto tributar a renda. Assim, se toda a renda fosse consumida, um imposto sobre consumo (IVA) com alíquota, por exemplo, de 25% teria exatamente o mesmo efeito que um imposto sobre a renda cobrado à mesma alíquota. Neste exemplo, o imposto de renda diminuiria a renda em 25%, restando apenas 75% para consumo. Já o imposto sobre consumo de 25% vai também reduzir o consumo total a 75% da renda. Podemos concluir que o IVA seria equivalente a um imposto sobre a renda deduzida do valor poupado.

A tributação do patrimônio deve levar em conta que o imposto sobre consumo e o imposto de renda já reduziram o valor que foi acumulado. Um imposto de renda mais progressivo reduz a acumulação de riqueza por parte dos mais ricos de forma semelhante a impostos sobre grandes fortunas.

A despeito das conexões entre as bases tributárias, os impostos cobrados sobre cada uma delas têm impactos diferenciados na distribuição da carga de tributos entre os agentes econômicos.

A construção de um sistema tributário deve levar em conta os seguintes pontos: 1- necessidade de arrecadação de recursos para fazer frente aos gastos públicos definidos por um sistema democrático; 2- a tributação deve distorcer o menos possível as decisões dos agentes econômicos (neutralidade); e, por fim, 3- tentar imprimir no sistema o nível mais alto de progressividade possível (em contraposição às distorções geradas pela progressividade). Para atingir tais objetivos devemos olhar o sistema como um todo, não se fazendo necessário que cada um dos impostos atenda totalmente aos requisitos acima (Mirrlees et al. 2011).

Tributar o consumo por meio do IVA com alíquota única tende a afetar os preços dos produtos de modo uniforme, influenciando muito pouco as decisões feitas por empresas e consumidores. Partindo de uma economia sem impostos, na qual os preços seriam determinados pela demanda e oferta, a aplicação de uma alíquota menor para determinado bem significa mudar os preços relativos via cobrança do IVA.

A tributação do consumo tem sido vista como regressiva. No entanto, pesquisas têm demonstrado que o impacto é menor do que se imaginava. A regressividade é menor quando se analisa a incidência ao longo da vida do

consumidor, assim como quando se mede a carga do IVA sobre a renda consumida (renda menos poupança) em contraposição à medida baseada na renda auferida.

A melhor solução para atacar a regressividade do IVA vem de sistemas como a Nota Fiscal Paulista que permitem, por exemplo, devolver imediatamente o IVA pago pelas pessoas situadas na base da pirâmide (ex.: cadastradas no programa Bolsa Família) quando do consumo de bens essenciais. Este mesmo tipo de solução pode ser aplicado para habitação popular e saúde. A alternativa de conceder alíquotas reduzidas tem gerado contencioso em razão da definição jurídica dos bens enquadrados como essenciais. Além disso, como já demonstrado em diversas pesquisas, a maior parte do valor que não é arrecadado por conta de alíquotas reduzidas é aproveitado pela classe média e alta.

O imposto de renda sobre os indivíduos é um importante instrumento para a progressividade do sistema. A progressividade deve ser medida não pela existência de alíquotas elevadas, mas sim pela diferença entre o que é efetivamente cobrado sobre o maior e menor rendimento. Assim, até mesmo uma alíquota "flat" (ex. 25%) com um elevado limite de isenção para os rendimentos mais baixos pode resultar num sistema mais progressivo do que o previsto pela tabela de IRPF vigente atualmente no Brasil.

No entanto, o imposto de renda pode reduzir a oferta de trabalho se não for cuidadosamente calibrado. Os rendimentos financeiros devem ser tributados de forma a influenciar no menor grau possível a decisão entre poupar e consumir. Por exemplo, tributar excessivamente as aplicações financeiras pode diminuir o estímulo à formação de poupança visando à aposentadoria.

O imposto sobre os lucros de empresas funciona como uma antecipação do imposto sobre os dividendos a ser cobrado da pessoa física quando de sua distribuição. Tributar o lucro na empresa reduzirá, portanto, o valor disponível para investimento privado.

A razão para postergar parte da tributação dos lucros para o momento de sua distribuição tem fundamentos no racional exposto a seguir. Se os lucros gerados pelas empresas são reinvestidos ou poupados para que outros realizem investimentos, por que deveríamos tributá-los com alíquotas maiores antes de sua disponibilização para consumo (distribuição para pessoa física)?

Uma resposta possível seria a de que precisamos de recursos para fazer frente aos gastos públicos. No entanto, aplicar parte da tributação sobre o lucro quando da sua distribuição diminui as distorções e é uma solução mais lógica, pois cobra o imposto sobre o valor dos lucros usado para consumo, momento em que a desigualdade se manifesta de forma explícita.

Ante o exposto, podemos dizer que a utilização do sistema tributário para corrigir falhas do sistema econômico deve considerar as distorções geradas pela tributação e o custo de oportunidade de se utilizar políticas de outra natureza que podem ser mais eficientes.

Eduardo Fleury é advogado e economista, sócio e head da área tributária de FCR Law, mestre e doutorando (S.J.D.) em Tributação pela Florida University (EUA), especialista em International Tax Planning pela Leiden University (Holanda), especialista em Direito de Empresas Americano pela Harvard Extension School.